FIM DE SEMANA

negócios

negocios.pt

Sexta-feira, 13 de setembro de 2024 | Diário | Ano XVIII | N.º 5324 | € 3.30
Diretora **Diana Ramos** | Diretor adjunto **Celso Filipe**

FERNANDO MEDINA
Duodécimos deixam o país numa situação complexa
OPINIÃO 25

MARIA LUÍSA MOREIRA
Nem uma palavra sobre o Afeganistão
OPINIÃO 26

Vítor Mota

As novas ruralidades às portas de Lisboa

Ana Pereira queria ter mais qualidade de vida e encontrou uma casa em ruínas em Cardosas, Arruda dos Vinhos.

W Weekend negócios

DIOGO MALATO MOURA
RESPONSÁVEL DO BNP PARIBAS PORTUGAL

"Há cada vez mais interesse no mercado português"

"Head of global markets" do banco diz que dívida e ações nacionais estão a despertar mais apetite.

MERCADOS 20 e 21

Governo pede contas sobre custo de turbinas no mar

O novo Executivo pediu ao grupo de trabalho para contabilizar os gastos e impactos tarifários da instalação de 2 GW de eólicas "offshore" até 2030, uma ambição herdada dos socialistas.

PRIMEIRA LINHA 4 a 6

Comissão garante que BYD se sujeita a taxas mesmo com fábrica húngara

Bruxelas diz que produzir veículos elétricos na Europa não permite, em si mesmo, escapar às tarifas da UE.

EMPRESAS 14 e 15

BCE já tem dúvidas sobre recuperação da Zona Euro

Ao contrário do que se esperava, o consumo não está a descolar, penalizando a economia. "Que sera, sera", resume Lagarde.

ECONOMIA 10 e 11, EDITORIAL

Glintt Global está pronta para voltar às aquisições

EMPRESAS 16

HOME PAGE

Miguel Barreira

Relação não reconhece contratos a 27 estafetas da Glovo

A plataforma diz que em todo o país, tem ganhado casos, num total de "117 estafetas em 15 comarcas".

O Tribunal da Relação de Évora confirmou a decisão de abril deste ano do Tribunal do Trabalho de Portimão, não reconhecendo a existência de contrato de trabalho entre a empresa e 27 estafetas que prestaram serviço naquela plataforma digital.

FILOMENA LANÇA
filomenalanca@negocios.pt

A plataforma Glovo viu esta quinta-feira o Tribunal da Relação de Évora dar-lhe razão num processo em que estão envolvidos 27 estafetas que reclamavam que lhes fosse reconhecida a existência de um contrato de Trabalho. Depois de, em abril deste ano, o tribunal do Trabalho de Portimão ter concluído que não estavam preenchidos os requisitos legais para se considerar a existência de contratos de trabalho, agora foi a vez de a Relação, na sequência de um recurso interposto pelo Ministério Público, vir dizer a mesma coisa.

Os juízes desembargadores sustentam que neste caso "a presunção de contrato de trabalho se mostra ilidida", isto é, se comprova pela não existência de contrato, mas antes pela existência de uma prestação de serviços. Segundo fonte oficial da Glovo, esta decisão já não é suscetível de recurso para outro tribunal superior.

O acórdão, a que o Negócios teve acesso, enumera um conjunto de factos, que os magistrados deram como comprovados, e que os levaram à decisão agora conhecida. "O estafeta pode aceitar, não responder, ou rejeitar o serviço proposto"; pode fazê-lo mesmo já depois de ter aceitado o serviço proposto, sem que tal afete o estatuto da sua conta na aplicação, a apresentação de futuros serviços e o preço de tais futuros serviços"; "após a aceitação do serviço, os estafetas podem permitir ou não que a plataforma tenha acesso à sua localização, sem que isso tenha impacto na realização do serviço ou leve a alguma penalização".

Além disso, são os estafetas que escolhem o meio de transporte que usam, definem o percurso e podem até " desligar a geolocalização do telemóvel". São também os próprios estafetas que "escolhem os dias e horas que pretendem ligar-se à aplicação" e , querendo, "podem subcontratar outro prestador de serviços de entrega".

Ora, entende o tribunal, "esta factualidade é impressiva para afastar a existência de qualquer subordinação jurídica do estafeta em relação à ré", no caso a Glovo.

Apesar de ser a plataforma que organiza e coordena a atividade dos estafetas – e de ter predefinido os procedimentos – "os estafetas gozam de uma ampla autonomia na prestação da atividade e, por outro, que a ré não determina nem controla aspetos significativos da prestação da atividade", lê-se no acórdão.

Os desembargadores consideraram "particularmente decisivo" o facto do estafeta "poder subcontratar outro prestador de serviço para realizar a entrega". É que, sendo o contrato de trabalho "um contrato intuitu personae", ou seja, "em que as qualidades pessoais do trabalhador são elementos essenciais para a conformação da relação de trabalho", a possibilidade de subcontratação "não se harmoniza com tal característica". E isso demonstra que à empresa "não interessa a atividade em si daquele concreto estafeta, mas sim o resultado da mesma (entrega dos produtos), característica do contrato de prestação de serviço".

No mesmo sentido aponta o facto de os estafetas serem pagos em função de cada serviço prestado, independentemente do tempo que tenham estado na aplicação, bem como o facto de serem " responsáveis pela perda ou danificação dos produtos que transportam". ■

DIA

AÇÃO

Dinamarquesa DSV vence corrida de 14 mil milhões pela DB Schenker

A empresa liderada por Jens Bjørn Andersen concorre com a CVC Capital Partners.

A dinamarquesa DSV está em negociações avançadas para a aquisição da unidade de logística da Deutsche Bahn AG, segundo avançou a Bloomberg, citando fontes próximas. O negócio está avaliado em 14 mil milhões de euros e poderá tornar-se num dos mais importantes nos transportes. A confirmar-se, o que pode acontecer nos próximos dias, a DSV derrota a proposta concorrente da CVC Capital Partners. ■

10,04%

Variação este ano: **15,98%**
Valor em bolsa: **294,5 milhões de coroas dinamarquesas**

FRASE

"Este é um orçamento que vai desencravar o país.

PEDRO DUARTE
Ministro dos Assuntos Parlamentares, ao Público

FOTO

Afinal, os detetores de metais servem para alguma coisa

Quem nunca desdenhou dos "maluquinhos" que andam por aí com detetores de metais? Afinal, a coisa às vezes funciona. Que o diga o até agora anónimo Tony Asquith. O inglês, com recurso a um aparelho destes, descobriu 35 moedas datadas de cerca de 55 a.C., que vão ser levadas a leilão e prometem gerar uma receita capaz de dar a reforma ao detetor e ao seu proprietário.

Fotografia: Tolga Akmen / EPA

NÚMERO

O número de passageiros nos aeroportos nacionais subiu 2,6% em julho para 7,2 milhões, face a igual período de 2023.

EDITORIAL

DIANA RAMOS
Diretora
dianaramos@negocios.pt

Sozinho, BCE pouco fará

Quando na reunião de junho a presidente do Banco Central Europeu (BCE) anunciou o primeiro corte de juros desde o severo aperto na política monetária, houve um pormenor que saltou à vista: o fio com a frase "In Charge" nele embutido. Efetivamente, Lagarde já provou estar ao comando da condução da política monetária sem tremer nas decisões e com resultados efetivos. Mas conseguirá sozinha alterar o atual rumo de estagnação na Europa?

O antecessor no cargo, Mario Draghi, foi decisivo quando em 2012 segurou o euro e a estabilidade financeira no espaço da moeda única com a frase "whatever it takes". A ação do banco central e a força da palavra de Draghi foram determinantes quando a pressão sobre as dívidas soberanas ameaçava a economia europeia e sua moeda. Doze anos volvidos, a ação do BCE para travar a inflação foi determinante, mas está longe de ser suficiente para alterar significativamente os problemas económicos com que a UE se defronta.

Vejamos, apesar de nas suas previsões macroeconómicas o BCE ter reduzido as estimativas para a inflação, no que toca ao andamento da atividade económica, as perspetivas são menos otimistas: retirou 0,1 pontos percentuais às previsões de crescimento de cada um dos três anos. O PIB no espaço da moeda única vai estar estagnado este ano e com crescimentos medíocres nos dois anos seguintes.

Ao comando, Lagarde tem sido timoneira, mas com instrumentos limitados.

O que nos leva de novo a Draghi e ao relatório apresentado com um duro retrato das fragilidades europeias. Ou, como aqui escreveu o diretor-adjunto, Celso Filipe, o gigante com pés de barro em que se transformará o velho continente se as velhas fragilidades não forem corrigidas. Aliás, Lagarde entende que o espetro da sua ação é limitado, tanto mais que fez questão de sublinhar que o trabalho de Draghi, ainda que "severo, mas justo", aponta o caminho para a introdução de reformas essenciais. Algumas delas, como explicou quando abordou a união do mercado de capitais, determinantes para que "o banco central alcance resultados melhores".

Ao comando, Lagarde tem sido uma timoneira com instrumentos limitados, presa a uma velha Europa com pouca vontade de mudar a partir de dentro. Sozinho, o BCE até pode aguentar o barco, mas pouco mais fará. É à Europa que cabe a decisão sobre se quer ficar presa numa espiral de estagnação. ■

PRIMEIRA LINHA TURBINAS EÓLICAS NO MAR

Portugal conta já com três turbinas eólicas flutuantes (25 MW no total) do projeto Windfloat Atlantic, da "jointventure" entre a EDP e Engie.

Governo com dúvidas sobre viabilidade do eólico offshore

O novo Executivo pediu ao grupo de trabalho para fazer as contas aos custos e impactos tarifários da instalação de 2 GW de turbinas no mar até 2030, uma ambição herdada dos socialistas. "Sem valores não podemos tomar decisões", diz a secretária de estado da Energia. A APREN prevê que o primeiro leilão possa acontecer até março de 2025.

BÁRBARA SILVA
barbarasilva@negocios.pt

Quando chegou à sua nova secretária na Rua do Século, a secretária de Estado da Energia, Maria João Pereira, deu de caras com um dossier incompleto sobre o primeiro leilão de energia eólica offshore (turbinas instaladas no mar), uma ambição herdada do anterior Governo.

O relatório que já tenha sido entregue pelo grupo de trabalho, no ano passado, detalha as zonas da costa portuguesa mais propícias para a instalação dos projetos, bem como a capacidade (em megawatts) que cada área deve albergar, mas é omisso quanto aos custos e impactos tarifários dos mesmos. A governante pediu ao grupo de trabalho – que integra representantes da ERSE, DGEG, APREN, REN, DGRM, entre outras entidades - para fazer as contas e está ainda à espera do resultado, para que possa dissipar as dúvidas que ainda persistem sobre a viabilidade económica de gerar energia a partir do vento em alto mar. De acordo com o PNEC 2030, Portugal quer ter 2 GW de eólico offshore em operação até essa data, metas que depois de serem enviadas para Bruxelas são vinculativas.

"O Governo aguarda o envio do novo relatório, que deve estar para breve. Quando tivermos o documento estaremos em condições de tomar decisões, baseadas nos resultados do grupo de trabalho", disse a governante à margem da conferência Energy 2024. "Precisamos de números e de valores. Faltam dados e projeções da componente económica e do impacto tarifário. Não queremos atrasar o processo, mas quando tomarmos uma decisão devemos estar bem conscientes porque vai ter um impacto gigante nos consumidores".

Questionada sobre se o Governo poderá travar as eólicas no mar se os custos forem demasiado elevados, respondeu: "As metas já estão no PNEC", indicando que será difícil fazer marcha-atrás.

A mesma interpretação faz o presidente da Associação Portuguesa de Energias Renováveis (APREN), Pedro Amaral Jorge, que tem acompanhado de perto a avaliação do grupo de trabalho e estima que o primeiro leilão de energia eólica offshore em Portugal poderá avançar até ao final do primeiro trimestre de 2025.

Maria João Pereira prefere não se comprometer com datas e chuta a bola para o outro lado, deixando claro que a data do leilão – que chegou a estar previsto pelo anterior Governo socialista para o final de 2023, e depois para meados de 2024, resvalando agora para o final deste ano ou início do próximo – "depende do grupo de trabalho".

"O grupo de trabalho é que vai analisar o problema e definir, dentro daquilo que está no despacho publicado em Diário da República, a melhor solução", sublinhou. Além disso, a secretária de Estado lem-

Violeta Santos Moura/Reuters

Sem o Plano de Afetação para Energias Renováveis "Offshore" não podemos fazer nada.

MARIA JOÃO PEREIRA
Secretária de Estado da Energia

A principal importância do eólico "offshore" tem sobretudo a ver com uma nova fileira industrial que pode nascer, permitindo viabilizar uma cadeia de abastecimento e não onerar o sistema elétrico.

JOÃO GALAMBA
Ex-Secretário de Estado da Energia

brou outro elemento importante sem o qual o leilão não pode avançar. "Sem o Plano de Afetação para Energias Renováveis Offshore (PAER) não podemos fazer nada. Esse é um instrumento também importante que está em fase final e que dentro em breve será conhecido. Depois, com esse plano e o relatório, então estaremos em condições de tomar medidas e decisões", explicou.

Mas será que o leilão poderá avançar ainda este ano? "Não sei se será, se não será. Gostaríamos que fosse. Trabalhamos a todo o gás para tentar acelerar os processos, mas há passos inultrapassáveis que têm de ser dados com responsabilidade, e decisões que têm de ser ponderadas. Não podemos tomar decisões só para fazer calendário ou agenda".

O Negócios sabe que as contas aos impactos tarifários do eólico offshore já foram feitas pelo regulador, faltando agora coordenar uma reunião entre o ministério, REN, ERSE, LNEG, APREN e DGEG para chegar a uma decisão e entregar o relatório final à ministra do Ambiente e da Energia, Maria da Graça Carvalho. Só depois disso o Governo poderá avançar para um plano de ação pós-avaliação dos dados económicos apurados pelo regulador.

Para alguém que já ocupou o cargo de Maria João Pereira no passado, como o ex-secretário de Estado da Energia João Galamba, "a principal importância do eólico offshore tem sobretudo a ver com uma nova fileira industrial que pode nascer em Portugal, que deve permitir viabilizar uma cadeia de abastecimento e não onerar o sistema elétrico". Ao Negócios, Galamba diz agora que os 10 GW eram uma ambição "desmesurada". Ainda assim, alerta que o leilão tem de avançar para não defraudar as expectativas dos promotores nacionais e internacionais.

Por seu lado, o ex-presidente da Endesa em Portugal e também ex-secretário de Estado da Energia, Nuno Ribeiro da Silva, não hesita em dizer que "mesmo os 2 GW em operação até 2030 é um desafio muito puxado". "Acho que não vamos ter, nem de perto nem longe, essa potência instalada e em operação até ao fim da década. A tecnologia ainda é muito cara e a cadeia de valor não está em velocidade de cruzeiro", afirmou ao Negócios. ■

PERGUNTAS A PEDRO AMARAL JORGE
Presidente da APREN

Eólicas no mar. "Não é só um projeto de energia, mas de toda uma fileira industrial"

A Associação Portuguesa de Energias Renováveis (APREN) faz parte do grupo de trabalho que está a ultimar o relatório final para entregar ao Governo. Pedro Amaral Jorge espera uma decisão ainda durante o mês de setembro.

Como avalia a APREN a demora em lançar o primeiro leilão de energia eólica offshore em Portugal?

Tínhamos uma ambição de 10 GW, mas o Plano Nacional de Energia e Clima (PNEC 2030) mantém uma meta de 2 GW de energia eólica offshore em operação até ao fim da década. A questão é que estamos quase em 2025 e falta fazer tudo. A expectativa da APREN é que seja definido um plano de ação para definir o modelo do leilão, a atribuição do leite marítimo, e posteriormente o procedimento concorrencial para a atribuição dos "contratos por diferença". Fazer um plano de tudo isto e entregar ao mercado, para que saibam quais vão ser os próximos passos e quando.

Gerar energia no mar pode ser benéfico para o país?

O eólico offshore não é só um projeto de energia. É um projeto de infraestruturas na área dos portos, de desenvolvimento de toda uma fileira industrial, quer a montante, quer jusante, desde os flutuadores aos elementos que fazem parte das turbinas, para conseguirmos gerar valor acrescentado em Portugal. E não apenas com a produção de eletricidade, mas também com toda a cadeia de abastecimento. O país pode e deve posicionar para desenvolver competências e especializações para projetos nacionais e para exportação. Isso aconteceu no passado, com as eólicas em terra. Hoje temos empresas em Portugal que exportam mais de 400 milhões de euros por ano .

O anterior Governo devia ter deixado indicações mais claras. Deixámos o mercado no vazio, sem um plano.

Como lida com as vozes que dizem que a ambição no offshore é muito grande?

São vozes que defendem a energia nuclear. Mas o nuclear é muito mais caro que qualquer eólico offshore flutuante, e demora muito mais tempo a construir.

A passagem da pasta do offshore entre Governos foi bem gerida?

O anterior Governo devia ter deixado indicações mais claras. E não se devia ter perdido o momento de entusiasmo em que estávamos, com a manifestação de interesse de 50 promotores nacionais e internacionais. Deixámos o mercado no vazio, sem um plano. Agora precisamos de estabelecer um calendário de ações para transmitir ao mercado o que é que Portugal vai fazer relativamente à instalação dos 2 gigawatts de potência de eólico offshore.

Os 2 GW que estão no PNEC vão mesmo avançar ou o Governo ainda pode fazer marcha atrás?

Até agora tudo indica que é para avançar. A minha leitura é que, a partir do instante em que está inscrito no PNEC, e se este for aprovado tal e qual como está em sede da Assembleia da República e for submetido à Comissão Europeia, as metas passam a ser vinculativas não ao nível do Estado-membro, mas ao nível da União Europeia a 27.

É preocupante o abandono de alguns promotores?

Há manifestações públicas de empresas que abandonaram o desenvolvimento do elenco offshore em Portugal para se dedicar a outras geografias. É urgente anunciar aos que restam potência, qual é a potência que vai ser atribuída, o modelo de leilão, se é só numa ou em duas fases. E fazer um cronograma em que fiquem definidos os passos que têm que ser dados para que os promotores possam desenvolver os seus projetos.

Quando é que o leilão poderá finalmente avançar?

Se trabalharmos nesse sentido, teremos condições de o fazer até ao final do primeiro trimestre de 2025. Isto se for tomada uma decisão já durante o mês de setembro. ■

Europa bate recordes nas turbinas marítimas, mas tem de acelerar

De acordo com a WindEurope, os investimentos na tecnologia offshore na Europa também atingiram um novo recorde em 2023, com um total de 30 mil milhões de euros para oito novos parques, que equivalem a 9 GW de nova capacidade.

BÁRBARA SILVA
barbarasilva@negocios.pt

Morris MacMatzen/Reuters

No norte da Europa, as turbinas eólicas são fixas ao fundo do mar, o que não acontece em Portugal.

2023 foi um ano de recordes para a energia eólica offshore na Europa. No ano passado, os países europeus viram entrar em operação 4,2 GW de nova capacidade (+40% face a 2022) desta tecnologia que permite gerar eletricidade a partir de turbinas instaladas em pleno mar, seja em plataformas fixas ou flutuantes, mostram os dados da WindEurope.

Reino Unido, França e Países Baixos foram os países responsáveis pela instalação da maioria da nova capacidade de eólicas ao largo das suas costas.

De acordo com a WindEurope, os investimentos na tecnologia offshore na Europa também atingiram um novo recorde em 2023, com um total de 30 mil milhões de euros para oito novos parques, que equivalem a 9 GW de nova capacidade. Isto depois de ter sido registada uma queda a pique nos investimentos em 2022 para um mínimo histórico de 400 milhões de euros.

Para 2024, a associação europeia que dá voz aos promotores de projetos eólicos offshore prevê que continuem a ser batidos novos recordes, com a indústria a construir cerca de 5 GW por ano durante os próximos três anos.

No que diz respeito aos leilões planeados para acontecer este ano na Alemanha, Dinamarca, Reino Unido, França e Países Baixos, a WindEurope antecipa que possam ser licitados e atribuídos 40 GW de nova capacidade. Em 2023, a Europa leiloou apenas 13,5 GW. Até agora, França já anunciou os resultados positivos do seu leilão, bem como o Reino Unido, estando ainda previsto que a Alemanha leve a licitação pelo menos 8 GW este ano.

Ao nível da cadeia de abastecimento, a gigante dinamarquesa Vestas anunciou planos para construir uma nova fábrica de pás, que deverá iniciar operações em 2026. Além disso, três novas instalações de produção de turbinas offshore estão a ser construídas pela Sif em Roterdão, pela Baltic Structures em Esbjerg e pela SeAH no Reino Unido, o que ajudará a alimentar os novos projetos que estão a nascer por toda a Europa.

Apesar de todos estes recordes, avisa a WindEurope, a manter-se este ritmo de leilões e construção de nova capacidade não serão cumpridas as metas europeias para 2030.

Para isso, os países terão de quase multiplicar por cinco a sua capacidade de desenvolvimento de novos projetos e passar dos atuais 5 GW por ano para 24 GW entre 2027 e 2030. No entanto, a atual cadeia de abastecimento eólico offshore só pode produzir cerca de 7 GW por ano.

Outros desafios, avisa a WindEurope, passam pelo uso de licitações negativas nos leilões. "70% de todos os leilões em 2023 utilizaram licitações negativas ilimitadas, pedindo aos promotores de energia eólica que pagassem pelo direito de construir um parque eólico offshore", afirmou a associação, acrescentando que na Alemanha, por exemplo, "nenhum dos grandes projetos adjudicados em leilão com licitação negativa chegou até agora à decisão final de investimento".

Na tecnologia offshore flutuante, significativamente mais cara em termos de custos de instalação do que as turbinas fixas ao fundo do mar, França já publicou os resultados do seu leilão de energia eólica offshore flutuante de 250 MW ao largo da Bretanha do Sul. A proposta vencedora foi atribuída por um preço de 86 euros por MWh (muito abaixo do máximo definido de 140 euros por MWh), um mínimo histórico para a energia eólica offshore flutuante na Europa.

No entanto, avisa a WindEurope, os governos de outros países europeus "não devem pensar que esta é uma nova referência para o desenvolvimento da energia eólica flutuante na Europa".

Atualmente, os países europeus têm 208 MW de energia eólica flutuante em operação, distribuídos principalmente por quatro pequenos parques eólicos, sendo um deles o Winfloat Atlantic, da Ocean Winds ("joint venture" entre EDP e Engie). Com três turbinas (25 MW) ao largo de Viana do Castelo, este parque gerou em quatro anos 320 GWh de energia elétrica de origem renovável, o que equivale ao consumo de 25 mil lares portugueses por ano. ■

40%

NOVA CAPACIDADE
Em 2023, os países europeus viram entrar em operação 4,2 GW de nova capacidade eólica offshore, mais 40% do que no ano anterior.

5

CONSTRUÇÃO
A associação europeia que representa os promotores do setor aponta para a construção de 5GW por ano até 2028.

5

OBJETIVOS
Para que as metas da Europa para 2030 sejam cumpridas, os países teriam de quintuplicar a sua capacidade para novos projetos.

SEMANA

CONTAS CORRENTES

A novela do orçamento dominará os próximos meses da vida política portuguesa. No final de contas e de vários episódios interessantes, o orçamento deverá ser aprovado, porque nem governo, nem os partidos da oposição terão ganhos significativos com mais uma crise política.

ARMANDO ESTEVES PEREIRA

A grande novela do orçamento

José Sena Goulão/Lusa

Provavelmente a novela do orçamento será o assunto político mais relevante dos próximos dois meses, a menos que surjam mais surpresas do calibre da fuga escandalosa dos cinco presos de Alcoentre. O governo tem de se entender com o maior partido da oposição para ver aprovado o documento. Tem de haver cedências e negociação, porque uma atitude de conversa acabada entre os partidos com mais responsabilidade política em Portugal equivaleria a uma política de terra queimada que não beneficia ninguém.

É lógico que um governo minoritário não tenha apoio parlamentar para algumas das suas bandeiras. Haverá dificuldades na descida do IRS para jovens e na baixa do IRC. Mas esses obstáculos são normais no confronto partidário e ideológico. Só um governo com maioria parlamentar pode aplicar integralmente as suas políticas, mas em caso de crise política e de marcação de novas eleições não é líquido que isso possa acontecer, apesar do seguro político que o governo já conseguiu com a baixa do IRS, que será notada este mês pelos trabalhadores por conta de outrem e em outubro pelos reformados, que na sua maioria ainda recebem no próximo mês um bónus na pensão.

O país não ganha nada com uma nova crise política, por isso convém que haja um orçamento equilibrado. Um orçamento ideal aliviaria os impostos, mas da maneira que a despesa está a crescer, qualquer anúncio de redução fiscal será ilusório. Um truque de magia, porque tanta pressão do lado da despesa, agora e no futuro, será sempre suportada por uma grande carga fiscal. Não há milagres, a menos que alguém tenha coragem de controlar a sério a despesa, mas por agora a agenda pública que domina é da falta de recursos, da saúde, às escolas, das prisões às forças armadas e polícias. Mas quando os atores políticos só pensam na sobrevivência a curto prazo, ninguém terá coragem de mexer na máquina do Estado e Portugal continuará a deitar dinheiro nos problemas, sem os resolver. ■

BAIXA DE JUROS

SALDO POSITIVO

O BCE foi cauteloso, mas decidiu baixar as taxas de juro. Obviamente que o caminho será o de continuar este trajeto, apesar de eventualmente o final do ano poder impulsionar alguma tensão na inflação. O alívio no preço do dinheiro é sempre uma boa notícia para tantos milhares de famílias asfixiadas com a prestação do crédito. ■

FUGA ESCANDALOSA

SALDO NEGATIVO

A ministra da Justiça demorou perto de 80 horas a reagir publicamente a um grande escândalo que envergonha o país e constitui uma ameaça à segurança pública. A evasão de cinco presos perigosos revela fragilidades em cadeia, desde falta de comando a desleixo, tal como referiu Rita Júdice. Mas ela não é uma simples analista, é ministra há mais de 150 dias e já tem responsabilidades na forma como os estabelecimentos prisionais estão a ser geridos. ■

Algo completamente diferente

Adeus a Graça Lobo

As gerações mais novas não tiveram oportunidade de conhecer o talento e a ousadia de Graça Lobo, que morreu desprezada e pobre num lar de idosos, mas quem conheceu a atriz desassombrada, rainha da noite no Bairro Alto nos anos 80, jamais esquece aquela figura. Num país de brandos costumes, Graça Lobo era um vulcão. Numa entrevista ao Diário de Notícias, quando estava num lar em Canha, disse que tinha escrito um livro de memórias. Oxalá seja publicado, talvez seja a última grande provocação de uma mulher com tanto brilho num país cinzento. ■

A ECONOMIA DAS COISAS

As notícias mais recentes que chegam quase a um ritmo diário sobre os gigantes da indústria automóvel alemã são assustadoras. Desde encerramento de fábricas à redução de benefícios a trabalhadores e acordos laborais com três décadas rasgados, tudo aponta para um futuro sombrio na poderosa indústria da maior economia da Europa.

PAULO RIBEIRO PINTO
Editor de economia

Será a Volkswagen a nova Nokia?

Já pensou se a Volkswagen (VW) deixasse de produzir automóveis? A marca que começou por ser "o carro do povo" continua uma das mais poderosas do mundo no seu setor. Mas os sinais de forte crise estão a acumular-se.

Vejamos. Na semana passada, a VW anunciou que estava a ponderar encerrar fábricas na Alemanha pela primeira vez em quase 90 anos. Objetivo: reduzir drasticamente os custos, dada a feroz concorrência sobretudo dos elétricos da China. "A situação é extremamente grave e não pode ser resolvida com simples medidas de corte de gastos", disse o responsável da marca Volkswagen, Thomas Schaefer. Também há pouco dias, o grupo anunciou o fim do acordo laboral que vigorava desde 1994 e que impedia despedimentos até 2029.

A declaração do responsável da VW faz lembrar uma outra há pouco mais de uma década de outro gestor – Stephen Elop, ex-CEO da Nokia, que em 2011 comparou a empresa, ainda a maior produtora de telemóveis do mundo a uma "plataforma em chamas". A grande tecnológica finlandesa, líder incontestável na inovação das comunicações móveis estava a colapsar perante a Apple e o iPhone – bem como a Samsung.

Poucos anos depois, a Nokia foi comprada pela Microsoft (um negócio que também não correu bem e acabou desmantelada, estando atualmente dedicada mais a soluções de redes de telecomunicações e soluções cloud. Uma sombra do que foi no início do século.

Houve muitas razões apontadas para esta queda do gigante finlandês: ignorar concorrentes – Apple e Samsung – com novos equipamentos e um ecossistema de aplicações sem paralelo; uma parceria com a Microsoft que subvalorizou a Google (e olhou para o sistema operativo móvel como se de um PC se tratasse). Estudos que avaliaram as decisões da Nokia apontam ainda a perceção "inflacionada" da empresa sobre a quota de mercado, as suas capacidades inovadoras e fidelidade dos consumidores (quem não se lembra do tradicional toque dos telemóveis Nokia).

Outra decisão apontada como possível erro estratégico foi a diversidade de produtos que a empresa lançou num curto espaço de tempo. Ao contrário da Apple, por exemplo, que tinha inicialmente apenas um produto no portefólio (mais tarde alargou, mas manteve-se com uma gama de dois/três produtos. A grande diferença estava na capacidade de os personalizar: uma plataforma, "infinitas" opções de utilização.

A caminho da queda?

Os erros de gestão identificados anos mais tarde sobre o colapso da gigante finlandesa, podem servir agora de exemplo do que pode ser um caminho de saída para a indústria automóvel. Se a Tesla foi pioneira na massificação de carros elétricos, sobretudo pela autonomia, agora é a indústria chinesa de elétricos que está a tomara dianteira. E, como já se percebeu, aumentar as tarifas vai apenas adiar um problema maior.

Uma iminente implosão da indústria automóvel da Alemanha parece pouco provável. Os resultados já conhecidos deste ano colocam a Volkswagen em boa posição em termos de capacidade financeira, mas a transformação demora tempo e nem sempre – ou quase nunca – se resolve atirando dinheiro para cima dos problemas.

No mais recente relatório do Instituto Ifo, em agosto, a situação económica dos construtores automóveis na Alemanha atingiu a marca do zero, contra 34,6 pontos positivos em julho e fez soar as campainhas. As expectativas de vendas baixaram de 48 pontos negativos em julho para 75 pontos negativos em agosto. A falta de encomendas estava a travar a produção.

Como escrevia há alguns meses a The Economist, o impacto económico de problemas graves em qualquer indústria num país – ou numa região, como a União Europeia – depende da dimensão da mesma. A indústria automóvel emprega diretamente perto de 900.000 pessoas na Alemanha, dois terços das quais nas empresas automóveis e o resto nos seus fornecedores. Isto representa apenas cerca de 2% da população ativa total da Alemanha.

A indústria automóvel é dos setores mais expostos à inovação e concorrência. Já não se trata apenas de produzir bons motores, potentes, eficientes, amigos do ambiente. Há todo um conjunto de um novo ecossistema de inovação de software e isso demora anos a desenvolver e aperfeiçoar.

Na Europa, mais de metade do valor acrescentado bruto da indústria automóvel vem da produção na Alemanha, onde a exportação de automóveis representa cerca de 16% do total de vendas de bens ao exterior. E a China – que se coloca agora como o grande concorrente – está a perder peso como destino das exportações da indústria automóvel alemã. Os três maiores grupos alemães – VW, BMW e Mercedes-Benz – retiravam do mercado chinês uma fatia substancial das receitas (no segundo semestre de 2022 perto de 40%). Essa fatia está a encolher a olhos vistos.

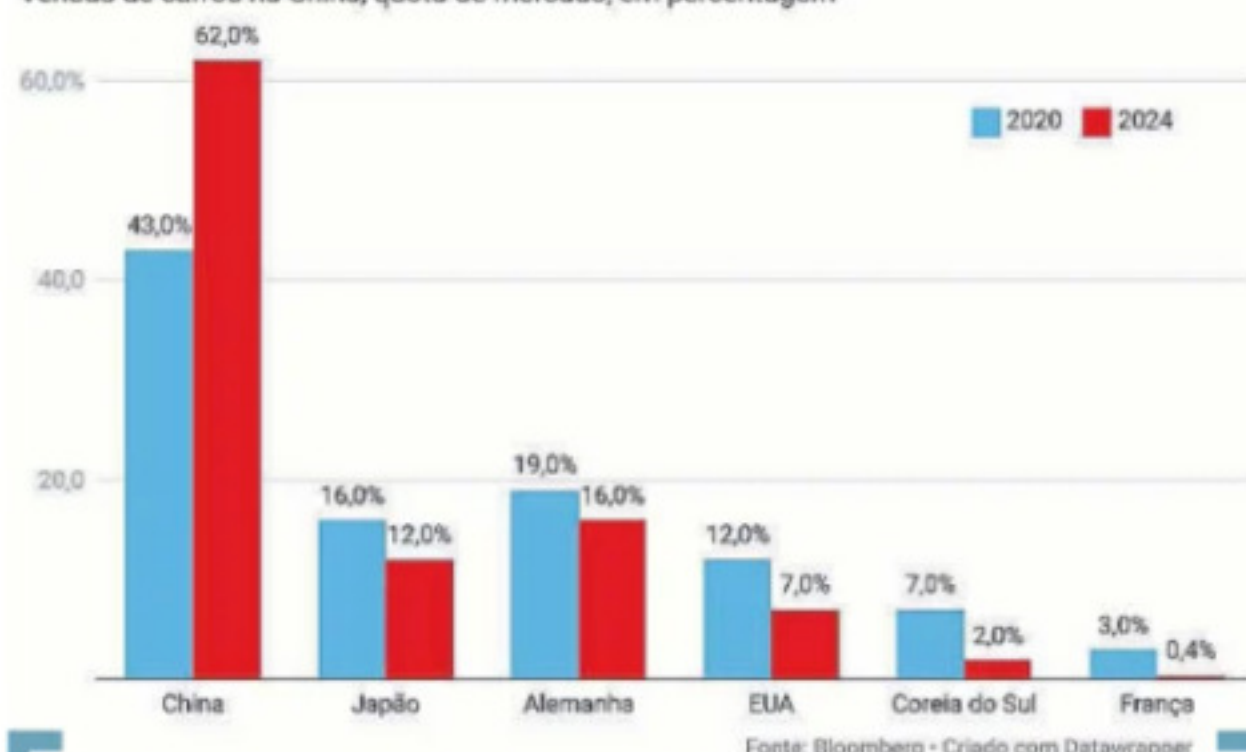
Devemos ficar preocupados? Sim. Até porque temos a Autoeuropa em Portugal, que representa 1,5% do PIB nacional e pesa 4% nas exportações.

A IMAGEM DAS COISAS

Marcas ocidentais em queda acentuada

Vendas de carros na China, quota de mercado, em percentagem

	2020	2024
China	43,0%	62,0%
Japão	16,0%	12,0%
Alemanha	19,0%	16,0%
EUA	12,0%	7,0%
Coreia do Sul	7,0%	2,0%
França	3,0%	0,4%

Fonte: Bloomberg • Criado com Datawrapper

O colapso das marcas ocidentais

É apenas um exemplo de como um importante mercado pode, de repente, pôr toda uma indústria a questionar o futuro. A produção em massa de automóveis, preços baixos e uma concorrência feroz.

Fotografia: Bloomberg

MAIS-VALIA

Toda a Europa enfrenta desafios existenciais que só podemos ultrapassar em conjunto. [É fazer alguma coisa] ou encarar declínio lento e agonizante.

MARIO DRAGHI

O muito esperado relatório do ex-presidente do BCE, Mario Draghi, é um banho de realidade para a União Europeia. Se quiser manter o atual "modo de vida", com um Estado Social forte tem de ser mais inovadora, mais competitiva e arrojada. E ter uma montanha de dinheiro – 800 mil milhões de euros – para investir. A competitividade da UE está a ficar a milhas dos principais concorrentes, sobretudo os EUA e, agora, também a China.

MODERADO RADICAL

Os números do jogo online, legal e ilegal, e das pessoas que pedem para serem barradas de jogar mostram um choque em curso sem precedentes. O jogo é um negócio omnipresente no desporto, nos media e nas redes sociais – e ausente das preocupações da política pública.

BRUNO FARIA LOPES

Jogo online: a grande e ignorada epidemia

qui há dias, enquanto via a vitória do Sporting em Faro, também vi o fenómeno do costume. A transmissão televisiva do jogo da "Liga Betclic" era patrocinada pela Betclic. Na camisola do Sporting estava o patrocínio da Betano e, na do Farense, o da Placard. No painel publicitário à volta do relvado vi rodar um painel da Bwin e, minutos depois, outro da ESC Online. Noutros jogos, os cartões coloridos que o público levanta para fazer padrões nas bancadas também são patrocinados por uma casa de apostas. Não sei como foi neste, mas sei que meia hora depois do fim da partida já tinha terminado a restrição da publicidade ao jogo na TV, e que o pós-bola foi inundado de anúncios, como sabe quem liga a televisão depois das 22h30.

Os portugueses têm um contacto antigo com o jogo, através da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e de uma rede de casinos físicos – antes do aparecimento do online a taxa de penetração destes jogos era próxima de 60%. O que estamos a ver agora, contudo, é um choque sem precedente. Os smartphones e os computadores pessoais trouxeram os casinos até à ponta dos dedos e, de caminho, criaram uma série de novos produtos, como as apostas desportivas. A pandemia, o aparecimento de novas empresas e a promoção desbragada fizeram explodir o negócio. Os números são avassaladores.

> O jogo online gasta 200 milhões por ano em promoção.

Em 2023, os jogadores em Portugal apostaram cerca de 15,4 mil milhões de euros em jogos online, quase seis vezes mais do que apenas cinco anos antes. Tendo em conta que na primeira metade deste ano foram apostados 9,45 mil milhões, um crescimento homólogo de 34%, percebemos que o recorde vai ser estilhaçado. Mais apostas significam naturalmente uma perda maior do bolo global de jogadores – é a receita bruta das casas de jogo. Se em 2019 os jogadores perderam 214,7 milhões de euros em apostas desportivas e casino online, em 2023 já foram 845 milhões, um valor que será também confortavelmente ultrapassado este ano.

Isto é só o mercado legal online – o ilegal, estimam várias fontes do setor, tem igual tamanho, o que significa que também se tem expandido muito. Num trabalho que fiz para a "Sábado" no ano passado concluí que as receitas brutas geradas por todo o jogo em Portugal – ou seja, o dinheiro que as pessoas perdem para os operadores – ficou acima de 2,25 mil milhões de euros em 2023. O online, legal e ilegal, vale 77% da soma, que inclui ainda as estatísticas oficiais sobre casinos físicos e os jogos da Santa Casa. Significa uma perda média de 257 euros por adulto e de 206 euros por jogador registado em casas online (uma pessoa pode estar registada em várias, ou seja, a perda média é maior).

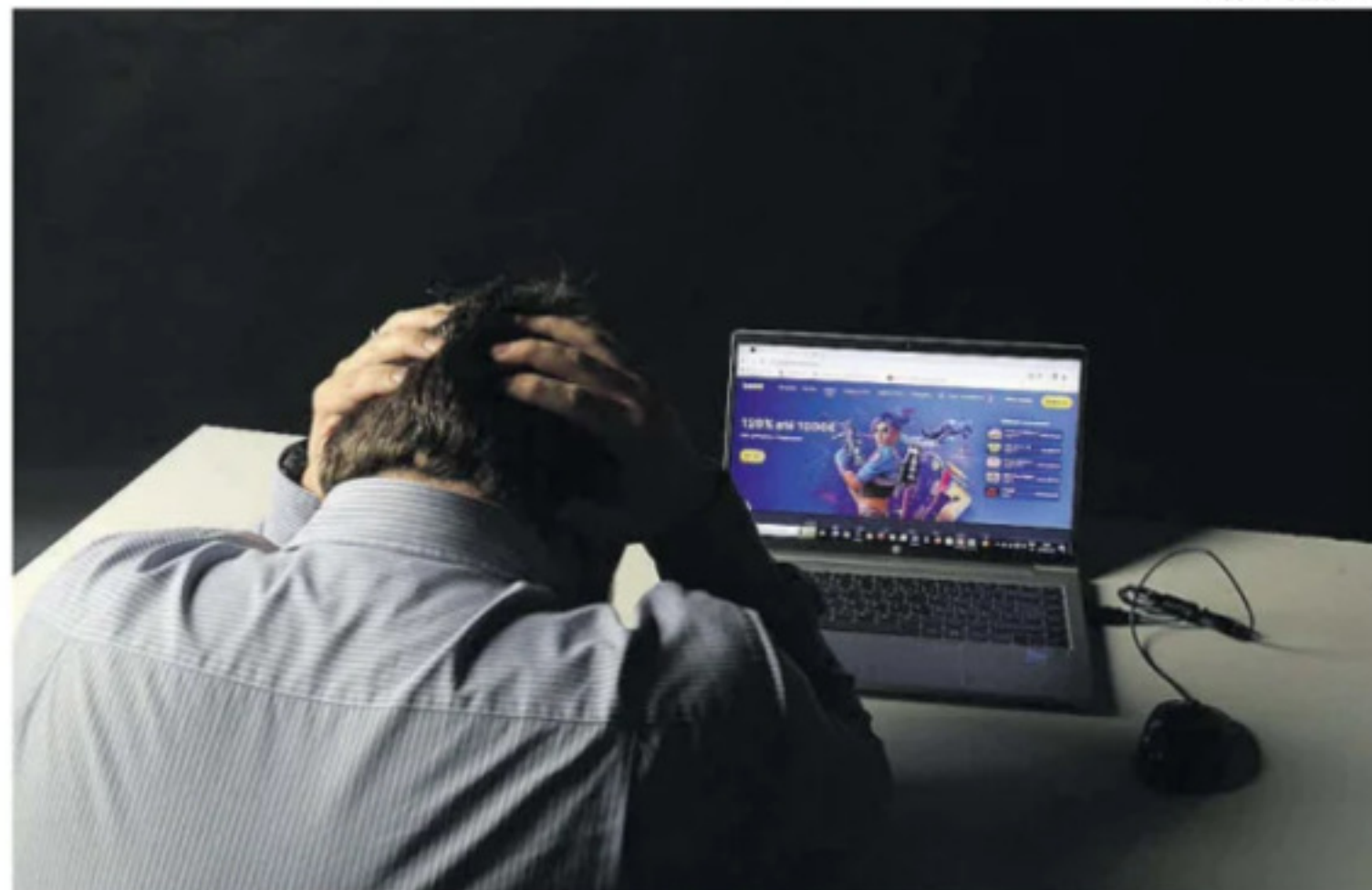
As médias escondem a assimetria de perdas e, por isso, é importante olhar para os jogadores que se autoexcluem dos sites legais de jogo online: a meio do ano eram quase 257 mil, quase o quíntuplo do registado quatro anos antes. Este número conta com as entradas e as saídas dessa categoria, ou seja, a dimensão real de pessoas que já teve um vício suficiente para levá-las a pedir para serem barradas é maior. Se pensarmos que assumir a autoexclusão é difícil – quem o faz está perto ou para lá do limite – percebemos que o jogo é um problema para centenas de milhares de pessoas em Portugal.

Pedro Catarino

As empresas, entretanto, vão promovendo o negócio no qual as apostas desportivas valiam em 2022 perto de 42% da receita bruta e os casinos online 58% (quase todas têm as duas vertentes). Entre patrocínios desportivos, publicidade e bónus pagos a jogadores, esta indústria gastou 200 milhões de euros em promoção em 2022. Este dinheiro vê-se nos media, nas redes sociais e no desporto. Um exemplo da época passada: 15 dos 18 clubes da liga principal, incluindo os três grandes, foram patrocinados por empresas de jogo online; idem para a primeira liga de futebol, a Taça de Portugal, as ligas masculinas e femininas de basquetebol (o terceiro desporto com mais apostas) e a de vólei feminino.

A sobreposição entre o desporto e o jogo é cada vez maior, assim como a presença visual das marcas de jogo online. Entre os novos registos trimestrais mais de 30% são de jovens entre 18 e 24 anos. As empresas defendem-se dizendo que a publicidade atrai pessoas para o setor regulado, que de alguma forma protege quem joga. Mas há sinais de que estão a expandir um mercado no qual uma fatia significativa de pessoas acaba por jogar também no ilegal. Os gestores gastam em promoção para ampliarem a clientela, não para a regrarem – essa tarefa cabe ao regulador, até aqui ineficaz no travão aos sites ilegais.

Lembrei-me de tudo isto enquanto via o desfile publicitário na partida no Algarve. A passividade para reconhecer que há um problema – que está em curso uma epidemia de vício do jogo – é total. As empresas são financiadoras importantes do desporto, dos media e até do erário público. A força do dinheiro e a desatenção geral sobre os danos do entretenimento online têm servido de anestesiante. Ouçamos a tenista francesa Caroline Garcia que, como outros profissionais, recebe barragens de insultos online de apostadores após as suas partidas. "Os dias das marcas de cigarros a patrocinarem desportos passaram há muito. No entanto, aqui estamos a promover companhias de jogo", lamentou este verão. "Não estou a dizer que devem ser banidas, mas talvez não as devamos promover", juntou. Alguém está a ouvir? ■

Coluna semanal à sexta-feira

ECONOMIA

CONJUNTURA

BCE já tem dúvidas sobre recuperação da Zona Euro

Com o consumo das famílias aquém do previsto, o BCE reviu em baixa a estimativa de crescimento económico. Lagarde não se compromete com trajetória para taxas de juro. "Que sera, sera".

SUSANA PAULA
susanapaula@negocios.pt
FÁBIO CARVALHO DA SILVA
LEONOR MATEUS FERREIRA

O Banco Central Europeu (BCE) já tem dúvidas sobre a recuperação da economia da Zona Euro, admitindo que as taxas de juro ainda elevadas estejam a penalizar o consumo de famílias e empresas e, consequentemente, a economia. O que pressiona para que haja novos cortes nas taxas nas próximas reuniões.

Esta quinta-feira, a presidente do BCE, Christine Lagarde, anunciou um corte da taxa de juro de referência em 25 pontos base, para 3,5%. "Foi unânime", frisou.

Questionada sobre se houve alguma parte da decisão que tivesse fugido ao consenso, Lagarde falou sobre o crescimento económico na Zona Euro. O "staff" do BCE reviu em baixa a perspetiva de crescimento, esperando agora que o PIB conjunto dos países da moeda única cresça 0,8% este ano, depois de em 2023 ter crescido 0,4%. Há três meses, em junho, os economistas tinham revisto a estimativa em alta, para 0,9%.

"Uns [governadores] tendem a estar mais otimistas, outros mais pessimistas", admitiu Lagarde. A líder da autoridade monetária explicou que o racional por trás da recuperação esperada – "que é moderada" – era o consumo privado. Mas isso, até aqui, não aconteceu. "Estávamos convencidos de que, da combinação de aumentos líquidos de rendimento, da redução do impacto da política monetária [com o corte de junho] e da redução da inflação, devia resultar necessariamente uma recuperação do consumo e do investimento", assumiu.

O impacto da política monetária na economia da Zona Euro é um dos principais elementos a que os governadores prestam atenção quando decidem sobre as taxas de juro. Já em julho, e segundo as atas da reunião de então, alguns governadores notavam que, apesar da melhoria de rendimentos e descida da inflação, o consumo não estava a subir, com a poupança, sim, a aumentar.

Ora, é precisamente isso que os dados e as previsões do BCE agora mostram. Na primeira metade do ano, a poupança cresceu mais do que o esperado, enquanto o consumo desapontou. O "staff" espera agora que o consumo das famílias cresça 0,8% este ano (menos 0,4 pontos do que o esperado) e vê a poupança das famílias aumentar no conjunto deste ano, passando a representar 14,9% do rendimento disponível.

0,8%
PIB DA ZONA EURO
O BCE piorou a previsão de crescimento da Zona Euro, esperando agora que cresça 0,8% este ano (menos 0,1% do que o previsto antes).

Taxas de juro penalizam

Mas o "staff" escreve mesmo, nas projeções macroeconómicas que divulgou esta quinta-feira, que "as condições de financiamento, especialmente os níveis elevados das taxas de juro, vão continuar a ter um impacto negativo no crescimento (...) sobretudo para 2024".

Ainda assim, os técnicos do BCE esperam que este efeito negativo comece a diminuir gradualmente ainda este ano – desde que os governadores vão ao encontro das expectativas de mercado. Até aqui, os investidores esperavam um corte na reunião desta quinta-feira – que se materializou – e pelo menos mais um corte (provavelmente no final do ano). Há mais duas reuniões de política monetária este ano (outubro e de dezembro).

Mário Centeno é um dos governadores que têm alertado para a necessidade de cortar os juros mais rapidamente, considerando que a economia da Zona Euro não está a crescer. "Precisamos reduzir a inflação com o menor sacrifício possível", admitiu o líder do Banco de Portugal, em agosto. Também alguns analistas, perante a possibilidade de a Alemanha entrar em recessão, avisavam que a redução de juros pode já vir tarde para o país – e, consequentemente, para a Zona Euro.

A presidente do BCE anunciou um corte da taxa de juro de referência em 25

Sobre o futuro, o 'Que sera, sera'. Vamos manter a dependência de dados, [sobretudo] dada a incerteza.
CHRISTINE LAGARDE
Presidente do BCE

Jana Rodenbusch/Reuters

pontos base, mas não se comprometeu com decisões futuras.

Cabe aos governos implementar plano Draghi, diz Lagarde

"Formidável", "severo, mas justo", com as reformas necessárias. Foi assim que Lagarde falou do plano Draghi. Cabe agora aos governos implementá-lo, defendeu.

A presidente do Banco Central Europeu (BCE), Christine Lagarde, apoiou fortemente o plano para relançar a economia europeia do seu antecessor, mas disse que os governos têm de encontrar forma de o financiar.

"O relatório Draghi inclui tantas reformas estruturais que vão ser da responsabilidade dos governos e vai exigir a liderança da Comissão Europeia e dos líderes [nacionais] que estiverem determinados em fortalecer a Europa", começou por frisar Lagarde. E, depois, sublinhou: "As reformas estruturais não são da responsabilidade do banco central – são da responsabilidade dos governos".

Publicado na segunda-feira, o relatório de Mario Draghi, o ex-líder do BCE, apelou a uma maior centralização da economia europeia, apostando numa política e exigindo cerca de 800 mil milhões de euros por ano de investimento para estimular o crescimento. O plano Draghi inclui ainda uma forte crítica à falta de competitividade atual.

Agora "os governos devem dar um passo sólido nesta direção, para os seus planos a médio prazo orçamentais e estruturais", rematou a líder do BCE.

Apesar de Lagarde ter reconhecido que "não teve tempo para dissecar todo o relatório por ser suficientemente substancial e ter material para o qual é preciso mais tempo e uma especial atenção", elogiou o documento, ao dizer que é "formidável", "severo, mas justo".

"O relatório também aponta para reformas estruturais práticas que podem ser úteis, mas também para o banco central alcançar melhores resultados", salientou Lagarde. "Algumas das propostas tocam diretamente nas preocupações [do BCE]", acrescentou.

A líder da autoridade monetária deu exemplos, como a união do mercado de capitais, sobre o qual "o conselho de governadores tem uma visão forte", assim como "a inovação do financiamento" e o "aumento da produtividade". Por outro lado, Lagarde frisou que "não viu no relatório de Mario Draghi que o mandato do BCE [que consiste em assegurar a estabilidade dos preços] deve ser mudado".

No documento são propostas várias medidas, como uma emissão regular de dívida comum na União Europeia, como aconteceu com a "bazuca", e um investimento massivo em defesa, propondo uma nova estratégia industrial comunitária.

Draghi propõe também que, "para financiar uma série de programas centrados na inovação e na subida da produtividade, os Estados-membros possam considerar aumentar os recursos disponíveis para a Comissão, adiando o reembolso do Plano de Recuperação da UE", aludindo assim ao pagamento das verbas dos planos nacionais de recuperação e resiliência. ■

SP/FCS/LMF

> **As reformas estruturais não são responsabilidade do banco central – mas dos governos.**
>
> CHRISTINE LAGARDE
> Presidente do BCE

Decisões reunião a reunião

Já Christine Lagarde, como tem sido costume, não se comprometeu com uma trajetória para as próximas reuniões. Frisou os mantras de que as decisões são "dependente dos dados" e tomadas "reunião a reunião". Repetiu, por três vezes: "Não nos comprometemos previamente com uma determinada trajetória de taxas". E acrescentou: "Isto é particularmente importante com a incerteza existente".

A presidente do BCE reiterou os dados a que vão estar atentos. Em primeiro lugar, a inflação. O "staff" manteve a previsão para o conjunto do ano nos 2,5% e Lagarde, embora admita que o valor de setembro seja inferior ao de agosto (que ficou nos 2,2%), frisou que no final do ano a taxa de inflação vai voltar a subir (por efeitos base).

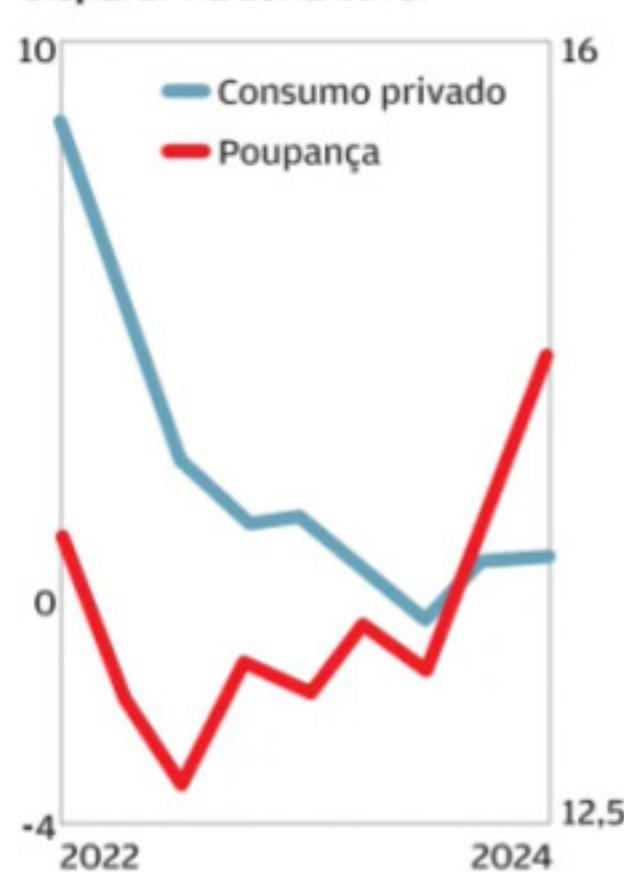
Por outro lado, há dois indicadores que preocupam os governadores no combate à contenção de preços. Primeiro, a inflação subjacente, que exclui os bens energéticos e alimentares e que, por isso, é considerada mais resistente, foi revista em alta para este ano e o próximo, para 2,9% e 2,3%, respetivamente. Depois, a inflação dos serviços, que subiu de 4,2% para 4,4% em agosto.

"A inflação dos serviços é muito sensível a aumentos salariais. A nossa expectativa é que vai descer em 2025", frisou Lagarde. No entanto, até ao início do próximo ano, e sobretudo devido aos salários negociados – com destaque para os do setor automóvel na Alemanha –, haverá aceleração até lá, admitiu Lagarde.

Por fim, e no que diz respeito ao efeito da política monetária na economia, Lagarde diz que o BCE vai "olhar para atenção" para o consumo. ■

CONSUMO NÃO DESCOLA

Consumo privado (variação homóloga) e taxa de poupança (em % do PIB)

Em 2024, o consumo das famílias ainda não descolou. Pelo contrário, a taxa de poupança continua a disparar na Zona Euro.

Fonte: BCE

FINANÇAS PÚBLICAS

Tribunal pede alteração no OE para certificar contas públicas

Presidente do Tribunal de Contas, José Tavares, deixou a sugestão aos deputados numa altura em que as demonstrações orçamentais e financeiras públicas continuam não preencher os requisitos previstos na lei e se prevê que não o façam até 2026.

MARIA CAETANO
mariacaetano@negocios.pt

O presidente do Tribunal de Contas (TdC), José Tavares, defende que a proposta de lei do Orçamento do Estado para 2025 deve avançar com alterações que permitam a certificação da Conta Geral do Estado. A sugestão é feita num momento em que se antecipa que a reforma da gestão financeira do Estado não fique completa antes do final de 2026.

Em audição no Parlamento sobre a Conta Geral do Estado (CGE) de 2022, nesta quinta-feira, o presidente do TdC lembrou que o tribunal está impossibilitado, pelos requisitos da Lei de Enquadramento Orçamental, de certificar o documento relativo à execução dos orçamentos anuais do Estado. Nomeadamente, esta exige que as demonstrações orçamentais e financeiras sejam apresentadas no sistema contabilístico em vigor, o SNC-AP, cuja implementação tem tardado.

"Foi havendo sucessivos adiamentos. Neste momento, crê-se que só em 2026. Porém, não houve alteração da lei para que [a certificação da CGE] aconteça. Por isso, gostava de deixar essa nota para a necessidade de haver um preceito legal", afirmou o presidente do TdC na comissão parlamentar de Orçamento, Finanças e Administração Pública. "Tem de haver um preceito legal pela Assembleia da República e, portanto, eu sugeriria essa introdução, eventualmente, agora na lei do Orçamento para o próximo ano", afirmou responsável.

O ministro das Finanças, Joaquim Miranda Sarmento, indicou já que o Governo pretende avançar no final deste ano ou início do próximo com a revisão da Lei de Enquadramento Orçamental. Nesta última quarta-feira, também em audição parlamentar sobre a CGE 2022, o secretário de Estado do Orçamento, José Maria Brandão de Brito, admitiu que a conclusão da reforma da gestão das finanças públicas – incluída no Plano de Recuperação e Resiliência – não é esperado antes de 2026, de acordo com o calendário da chamada bazuca europeia.

O TdC reconhece que houve progressos desde 2015, ano da nova Lei de Enquadramento Orçamental, mas critica as demoras. "Poderíamos já ter a reforma no terreno em todos os seus aspetos", defendeu Tavares, que nas respostas aos deputados aludiu a "resistências" dentro do universo das administrações públicas.

De resto, o presidente do TdC não antecipa mais demoras do que aquelas que já se verificam. "É

> **Poderíamos ter já a reforma [da gestão das finanças públicas] no terreno em todos os seus aspetos.**
>
> **JOSÉ TAVARES**
> Presidente do Tribunal de Contas

António Pedro Santos/Lusa

O presidente do Tribunal de Contas, José Tavares, foi ouvido esta quinta-feira no Parlamento.

possível até 2026", afirmou, não vendo "dificuldade alguma".

Na audição, a relatora do TdC responsável pelo parecer da CGE, Ana Furtado, indicou que o tribunal irá, de resto, publicar em breve um relatório específico sobre a execução desta reforma.

Além disso, o novo parecer à CGE de 2023, que chegará ao Parlamento a 1 de outubro, também trará novos elementos sobre a implementação do novo referencial contabilístico do Estado. Ana Furtado avançou aos deputados parte do balanço, indicando que"80% do perímetro de entidades da Conta Geral do Estado já prestaram contas, até agosto de 2024, em SNC-AP". "Portanto, faltam 20%, apesar do volume financeiro destes 20% corresponder a 50% do volume financeiro". Ou seja, o Estado continua a não adotar o SNC-AP em metade das operações.

O próximo parecer à CGE indicará também que 11 entidades da Segurança Social apresentaram contas em SNC-AP pela primeira vez, com um levantamento dos problemas na implementação.

Entre as novidades incluídas na CGE 2023 estará ainda uma análise à medida de apoio extraordinário à renda e à situação da habitação no país, assim como uma análise ao subsídio de mobilidade das regiões autónomas de Madeira e Açores.

No que diz respeito à inventariação do património do Estado, cujas falhas têm vindo a ser apontadas pelo TdC, o parecer fará uma primeira avaliação sobre a implementação de um novo sistema de informação na gestão deste património. Contudo, Ana Furtado indicou que, "com base em seis meses de transição", o resultado da avaliação será ainda "pouco elucidativo". ■

IMPOSTOS

Governo pede "prioridade e urgência" para o IRC mínimo

Proposta segue o que já tinha sido colocado em consulta pública e não são expectáveis dificuldades na discussão na especialidade, no Parlamento, uma vez que se trata da transposição de uma diretiva. Portugal já está atrasado e em processo de incumprimento aberto pela Comissão.

A proposta de lei para a criação, em Portugal, de um IRC mínimo para as grandes multinacionais chegou ao Parlamento esta quarta-feira com um pedido expresso de "prioridade e urgência". Está em causa a transposição de uma diretiva comunitária e o país já deixou passar há muito o prazo de transposição, que decorreu entre dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2023.

Já com um processo por incumprimento em curso, devido ao atraso, em maio deste ano a Comissão europeia deixou o aviso: Portugal tinha dois meses para implementar a medida. A proposta do Governo foi apresentada em julho e esteve em consulta pública durante esse mês, tendo agora chegado ao Parlamento, onde ainda terá de cumprir o processo legislativo normal.

Mas, se são conhecidas as diferenças de posição que existem relativamente a descida da taxa normal de IRC que o Governo pretende implementar, no caso do "Regime do Imposto Mínimo Global (RIMG)", o IRC mínimo para as multinacionais, não se antecipam dificuldades. É que, na prática, o que se está a fazer é a transpor a lei comunitária e o Governo não foi além disso na sua proposta, explica Renato Carreira, especialista em impostos sobre as sociedades e partner da consultora Deloitte. E a proposta agora em cima da mesa não difere de forma significativa da que entrou para consulta pública em julho.

Com a nova lei no terreno, o que se pretende é garantir a aplicação de uma taxa mínima de IRC de 15% às empresas multinacionais. Em causa estão grupos de sociedades com um volume de vendas superior a 750 milhões de euros e cujas subsidiárias operem em diferentes países. Quer isto dizer que, se uma subsidiária de um grupo internacional, a operar em Portugal, não suportar cá um IRC mínimo de 15%, então a casa-mãe terá de ser tributada pela diferença no respetivo país.

E o mesmo acontece no sentido inverso, ou seja, uma empresa sediada em Portugal que tenha sucursais noutros países onde não seja tributada, no mínimo, em 15%, terá de pagar cá a diferença.

"Na verdade, na maioria dos casos, Portugal já tributa acima dos 15% e, portanto, a aplicabilidade da nova regra será reduzida", afirma Renato Carreira, que não "antecipa um valor significativo de receita" adicional para os cofres do Estado por esta via. Por outro lado, lembra, "também não existem muitos grupos sediados em Portugal cujo volume de vendas ultrapasse os 750 milhões de euros".

De acordo com o Ministério das Finanças, e tendo por base a informação que resulta das declarações de informação financeira e fiscal por país estima-se que o RIMG abranja cerca de 3.000 entidades. Quanto à receita que se espera que venha a ser gerada, o Governo não avança com valores. "A receita gerada pelo RIMG dependerá não apenas da evolução dos lucros dos grupos multinacionais abrangidas e das taxas efetivas de tributação calculadas de acordo com as regras do RIMG, mas também daquelas que forem as opções legislativas adotadas pelos outros países e jurisdições em que as entidades e os grupos a que estas pertencem venham a adotar", refere fonte oficial do gabinete de Miranda Sarmento. Dessa forma, "não é possível neste momento estimar qual será o impacto financeiro desta medida".

O novo IRC mínimo deverá aplicar-se já aos rendimentos das empresas em 2024, sendo que estas terão 18 meses para submeter a sua primeira declaração, ou seja, até julho de 2026. A partir daí, prevê a proposta de lei entregue no Parlamento, o prazo passa a ser de 15 meses (ou seja, até março do segundo ano seguinte). ■

FILOMENA LANÇA

2026

APLICAÇÃO

A proposta de lei prevê que o novo IRC mínimo de 15% seja aplicado aos rendimentos deste ano com a primeira declaração em 2026.

EMPRESAS

AUTOMÓVEIS

BYD sujeita às taxas da UE mesmo com fábrica húngara

Um porta-voz da Comissão Europeia sublinha que produzir veículos elétricos na UE não permite necessariamente escapar às tarifas. Dependendo de condições específicas, a BYD pode mesmo continuar na mira do executivo europeu. São respostas ao Negócios, após a entrevista à vice-presidente da construtora chinesa.

VÍTOR RODRIGUES OLIVEIRA
vitoroliveira@negocios.pt

Será que a cartada húngara vai sair furada? A BYD diz estar despreocupada com as tarifas impostas pela União Europeia porque tem previsto iniciar a produção de carros elétricos naquele país a partir do próximo ano. No entanto, em resposta ao Negócios, um porta-voz da Comissão Europeia para a área do comércio deixa claro que há regras que impedem essas escapatórias, se tal for provado.

Questionado como é que a Comissão assegura que a China não contorna os direitos aduaneiros ao produzir os carros na própria UE – com componentes provenientes da China –, o porta-voz Olof Gill começa por fazer a ressalva de que o atual inquérito da UE "diz respeito apenas aos veículos elétricos a bateria que entram na UE e não diz respeito a baterias ou outras partes ou componentes" desses veículos. "No entanto, as importações de veículos elétricos a bateria 'desmontados' podem ser tratadas pelas autoridades aduaneiras nacionais competentes como importações de veículos elétricos a bateria, com base nas regras aduaneiras gerais estabelecidas no Código Aduaneiro da União e, por conseguinte, estarem sujeitas ao direito", sublinha o responsável. "Trata-se de uma questão de classificação do produto, que não exige um novo inquérito".

"A legislação da UE em matéria de instrumentos de defesa comercial prevê regras para evitar a 'evasão' das medidas de defesa comercial instituídas. Tal pode incluir certas montagens de veículos elétricos a bateria a partir de peças ou componentes importados na UE ou num país terceiro", continua.

O responsável indica ainda que, "a fim de distinguir as atividades de produção genuínas das atividades de evasão, existem três condições para definir a evasão". Primeiro, "deve haver uma alteração dos fluxos comerciais entre um país terceiro e a UE, que tenha tido início durante o inquérito ou após a instituição de medidas" – e essa alteração "deve resultar de uma prática, processo ou operação insuficientemente motivada ou sem justificação económica que não seja a instituição do direito". Por outro lado, acrescenta, "os efeitos do direito estão a ser neutralizados em termos de preços e/ou de quantidades".

A Comissão Europeia ressalva, no entanto, que "a evasão deve ser estabelecida através de um inquérito completo e pode resultar na extensão das medidas a certas partes do produto e/ou a países terceiros" e indica que "não é possível determinar, em abstrato ou antecipadamente, se uma instalação de produção ou de montagem será criada com o objetivo de evadir a instituição de uma medida sobre os instrumentos de defesa comercial", uma vez que "tal só pode ser decidido numa base casuística".

Tarifas? "Não me preocupa"

Esta resposta do Executivo europeu surge após a entrevista do Negócios à vice-presidente global da BYD, Stella Li, que disse estar descansada com este tema. "Não me preocupa", afirmou a responsável, que também é CEO da empresa para as Américas, à margem da inauguração de um novo concessionário em Lisboa, em parceria com a Salvador Caetano.

A BYD prevê que no próximo ano entre em funcionamento uma fábrica de carros elétricos na Hungria.

61

VOLUME DE NEGÓCIOS
O volume de negócios da Glintt Global atingiu 61,1 milhões de euros até junho, valor quase idêntico ao do período homólogo (+0,1%).

Numa altura de guerrilha comercial, o que justifica a descontração? Stella Li explicou: "Porque a BYD já vai começar a produzir na Hungria. A nossa produção começa em setembro do próximo ano. Porque a BYD é uma empresa de longo prazo, uma visionária. Já decidimos fabricar na Europa, vamos investir mais na Europa, tornando-nos num dos fabricantes locais europeus", afirmou.

A BYD, que tem crescido a grande velocidade e já lidera o mercado dos carros elétricos a nível global, já tem uma fábrica de autocarros na Hungria há sete anos e produz baterias desde o ano passado.

A UE acusa a China de promover concorrência desleal, ao dar "avultadas subvenções" aos fabricantes locais, tendo por isso decidido aplicar taxas aduaneiras adicionais – que no caso da BYD chegam aos 17%.

No entanto, Stella Li avisa os responsáveis da UE que a decisão

Chalinee Thirasupa/Reuters

As importações de veículos elétricos a bateria 'desmontados' podem ser tratadas pelas autoridades aduaneiras nacionais competentes como importações de veículos elétricos a bateria.

A legislação da UE em matéria de instrumentos de defesa comercial prevê regras para evitar a 'evasão' das medidas de defesa comercial instituídas

OLOF GILL
Porta-voz da Comissão Europeia

17%

TAXA ADICIONAL
Em vez de 10%, a construtora chinesa BYD vai passar a pagar 17% pela entrada dos seus veículos no espaço da União Europeia.

é contraproducente: "Acho que deviam reduzir a maior parte das tarifas porque estão a prejudicar o consumidor europeu. No fim de contas, é o consumidor que tem de pagar por isso. Não é uma decisão correta", acredita.

Bruxelas recusa propostas

Para tentarem evitar tarifas mais elevadas, vários fabricantes chineses de veículos elétricos fizeram propostas a Bruxelas para ajustarem os preços, mas a Comissão revelou esta quinta-feira que essas propostas foram rejeitadas, diz o Financial Times, citando Olof Gill, porta-voz do Executivo europeu.

Este pingue-pongue acontece na véspera de conversações entre o ministro chinês do Comércio, Wang Wentao, e o comissário europeu do Comércio, Valdis Dombrovskis, que estão marcadas para a próxima semana.

Os Estados-Membros vão votar as tarifas chinesas sobre veículos elétricos até final de outubro. ■

ENERGIA

Novo plano da EDP com metas alargadas até ao fim da década

O administrador Pedro Vasconcelos justificou a decisão com as taxas de juro a descer, bons sinais da Fed e preços da energia a recuperar.

Após ter anunciado este ano uma revisão em baixa do plano estratégico até 2026, com menos GW a instalar e investimentos mais modestos, a EDP prepara-se agora para avançar já no início de 2025 com novas metas para esta década.

"Em 2023, avançámos com ambições bastante claras. Mas no final desse ano e início de 2024 começámos a sentir o pior dos dois mundos: preços da energia a cair substancialmente e taxas de juro muito altas. Na altura fez-nos sentido reduzir de 20 mil milhões para 17 mil milhões, mas ao mesmo tempo procurando investimentos com rentabilidades mais interessantes. Ou seja, reduzir 10 a 15% no número de projetos mas, exigindo mais rentabilidade. E estamos satisfeitos", disse o administrador da EDP Pedro Vasconcelos, na Energy 2024, conferência organizada pelo Eco.

No entanto, e porque no decorrer deste ano todo este contexto melhorou acima das expectativas, a elétrica prepara-se agora para apresentar um novo plano estratégico, tal como acontece de dois em dois anos. "Faremos a comunicação ao mercado de um plano até ao final da década", que será apresentado no "início de 2025".

O administrador justificou esta decisão com as taxas de juro a descer, bons sinais da Reserva Federal e os os preços da energia a recuperar desde abril até agora.

Na mesma conferência, o administrador disse ainda que as políticas protecionistas criam barreiras à transição energética e reiterou que não está prevista fusão entre EDP e EDP Renováveis. ■

NEGÓCIOS COM LUSA

TECNOLOGIA

Glintt Global prevê lucros recorde e pronta para voltar às aquisições

Impulso de 50% nos lucros no primeiro semestre para 3 milhões coloca a tecnológica portuguesa na direção do seu melhor resultado anual de sempre. Glintt Global diz estar pronta para aquisições e admite entrar num novo mercado a médio prazo.

DIANA DO MAR
dianamar@negocios.pt

Depois de ver os lucros dispararem 50,4% para 3,02 milhões de euros no primeiro semestre e extrapolando com base no desempenho dos anos anteriores, a Glintt Global espera "apresentar em 2024 os melhores resultados líquidos da sua história", superando o marco de 4,2 milhões de euros em 2008, ano em que consolidou a Consiste com a ParaRede. Essa é pelo menos a expectativa do CEO, Luís Cocco, que adianta, ao Negócios, que a tecnológica portuguesa não só está pronta para voltar às aquisições, como também estuda galgar as fronteiras da Península Ibérica, entrando num novo mercado.

Luís Cocco atribui "o aumento muito significativo" do resultado líquido "às grandes melhorias a nível de eficiência operacional", decorrentes designadamente do recurso generalizado a ferramentas de inteligência artificial, que "tem tido grandes impactos na diminuição de erros e permitido uma maior rapidez de desenvolvimento", mas também da "inovação constante dos processos" que tem permitido "grandes reduções ao nível de custos". "Estamos a conseguir de uma forma clara aumentar este objetivo da rentabilidade e este ano será histórico nesse sentido", reforça o CEO da tecnológica especializada no setor da saúde, detida em 75% pela Associação Nacional de Farmácias. Luís Cocco deixa claro, no entanto, que tal não tem sido conseguido com sacrifício da qualidade: "Conseguimos compatibilizar, porque apostámos muito na melhoria da qualidade de serviço ao cliente e, portanto, fizemos um investimento forte nesse sentido, sobretudo nas farmácias em Portugal e todas as métricas de serviço ao cliente se mostram bastante positivas", frisa.

Fernando Ferreira

Luís Cocco é o CEO da tecnológica portuguesa desde 2022.

Conjuntura nacional levou a estagnar volume de negócios

Segundo o relatório e contas do primeiro semestre, comunicado esta quinta-feira à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), o EBITDA (lucros antes de juros, impostos, depreciações e amortizações) atingiu 11,2 milhões de euros, refletindo uma subida de 6,8% face aos primeiros seis meses de 2023. Um crescimento imputado à melhoria na margem EBITDA (relação entre resultado operacional e a receita líquida) – de 17,2% para 18,4% . Já o volume de negócios consolidado manteve-se quase inalterado, atingindo 61,1 milhões de euros, traduzindo uma subida de 0,1% face ao primeiro semestre do ano passado, resultado de uma dinâmica distinta dentro e fora de portas: no mercado internacional, essencialmente em Espanha, a faturação cresceu 5,2%, enquanto no nacional diminuiu 2,3%. Luís Cocco diz que a estagnação tem um cariz temporário: "É perfeitamente conjuntural. Trabalhamos muito com a administração pública e, neste primeiro semestre, com as eleições, muitos projetos atrasaram-se um pouco, mas estamos convictos de que, até ao final do ano, vamos recuperar", diz, atestando que a Glintt Global mantém a meta de alcançar um volume de negócios de 150 milhões até 2027.

Regresso às aquisições e entrada em novo mercado

A tecnológica tem crescido muito por via de aquisições e, depois de um período de jejum, Luís Cocco garante que a empresa está pronta para regressar às compras: "A certa altura temos de digerir. Achámos que havia um momento para pausar e para extrair o máximo valor das empresas que adquirimos. Correu bastante bem e estamos novamente à procura de alvos para adquirir, muito provavelmente mais em Espanha, onde temos muito potencial de crescimento". Este ano será "pouco provável", até porque, "às vezes, um processo de compra é quase um namoro", sublinha Luís Cocco.

O CEO da Glintt Global também confirma um potencial ataque na frente da expansão geográfica, embora a médio prazo. "Para terem sucesso, as empresas têm de ter sempre ambições de crescimento. E há de haver um momento em que as posições no mercado português e espanhol já não permitem manter esse crescimento. É o crescimento que gera ambição nas pessoas, novas oportunidades profissionais e melhorias e sinergias a nível da rentabilidade, pelo que é provável, dentro de três a quatro anos, que possamos entrar numa nova geografia". Luís Cocco mantém as cartas junto ao peito sobre a localização, mas desenha um círculo no mapa: "Muito seguramente na Europa Ocidental, porque há mais afinidades em termos de como as indústrias funcionam". "Estamos a olhar para o que poderá ser a Glintt. Queremos continuar a crescer e o futuro tem que se começar a preparar hoje", remata.

Herdeira do brilho da ParaRede

A Glintt Global herdou o "brilho" de uma das maiores tecnológicas portuguesas que marcou uma época, da década de 1990 até ao rebentar da "bolha" em 2000: a ParaRede. Descrita como pioneira em frentes como a utilização da Internet, desenvolvimento do comércio eletrónico ou automação de cadeias de abastecimento, estreou-se na bolsa em 1999, tornando-se na primeira tecnológica lusa a ser cotada. Menos de meio ano depois fixa um máximo histórico de 39,06 euros por ação com o lançamento do portal terraportugal.com. Vai renovando máximos e Carlos Coelho de Campos, à altura acionista principal, anuncia a intenção de a cotar no estrangeiro. Vivia-se a euforia das "dotcom", mas a "bolha" estoira. A ParaRede começa a cair. Em 2003 conclui uma reestruturação e encerra atividade no Brasil e, quatro anos depois, sai do PSI-20. Em 2008 é aprovada a fusão com a Consiste e nasce a Glintt que, no início do ano, passou a designar-se Glintt Global, com duas submarcas: a Glintt Life e a Glintt Next.

INDÚSTRIA

Cristiano Ronaldo já tem representante na administração da Vista Alegre

Na sequência da parceria que vai levar a porcelana e os cristais da Vista Alegre ao Oriente, a empresa centenária elegeu Tiago Craveiro para exercer funções não executivas.

Tiago Craveiro, consultor estratégico da CR7 SA, a "holding" pessoal de Cristiano Ronaldo, passou a integrar o conselho de administração da Vista Alegre.

De acordo com um comunicado enviado esta quinta-feira à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), é referido que Tiago Craveiro foi eleito como membro não executivo para exercer funções durante o período remanescente do atual mandato em curso.

Esta proposta da Visabeira, acionista maioritária da Vista Alegre, foi o ponto único de uma assembleia-geral extraordinária que se realizou esta quinta-feira. O conselho de administração da empresa vai passar, desta forma, a ser composto por 15 elementos e não 14.

Um acordo para o Oriente

Foi em meados de junho, em vésperas do campeonato europeu, que o jogador do Al Nassr e capitão da seleção portuguesa comprou uma participação de 10% da Vista Alegre Atlantis, através da CR7, e ainda 30% da subsidiária espanhola.

No âmbito deste acordo, está ainda prevista a criação conjunta, em partes iguais, de uma nova empresa no Médio Oriente e Ásia para promover as marcas Vista Alegre e Bordallo Pinheiro naquelas geografias.

Tiago Craveiro foi jornalista, assessor do governo PSD/CDS e desempenhou vários cargos no mundo do futebol.

Comunicação social, política e futebol

Tiago Craveiro é licenciado em Ciências da Comunicação e iniciou a sua carreira profissional como jornalista no Diário de Notícias, em 1998.

Em 2002, no entanto, saltaria para a assessoria de imprensa, tendo assumido o cargo de chefe de comunicação do então ministro adjunto do primeiro-ministro, José Luís Arnaut.

Homem de confiança de CR7, Tiago Craveiro tem estado ligado nos últimos anos ao mundo do futebol, tendo sido secretário-geral da Liga Portuguesa de Futebol Profissional, bem como diretor executivo da Federação Portuguesa de Futebol.

Atualmente é consultor estratégico do presidente da UEFA e do Gabinete Executivo do organismo que tutela o futebol europeu. ■

DIOGO MENDO FERNANDES

Inteligência Artificial ajuda no atendimento ao cliente

A startup portuguesa Automaise pretende transformar os operadores de apoio ao cliente em 'superagentes', impulsionando a eficiência e a produtividade nas operações de suporte. Para alcançar este objetivo, conta com a preciosa ajuda da Inteligência Artificial.

SUSANA MARVÃO

A proposta da Automaise é clara: ao integrar a Inteligência Artificial nas interações com os clientes, a startup nacional almeja não só melhorar a qualidade do atendimento, mas também reduzir o stress e a carga de trabalho dos operadores. A solução "Automaise Support Genius - Agent Assist", vencedora de um Prémio Nacional de Inovação na categoria de Retalho e E-commerce, "oferece uma série de funcionalidades que prometem revolucionar o atendimento ao cliente", garante a empresa.

Entre elas, destaca-se a "escuta ativa", que analisa em tempo real cada interação, fornecendo automaticamente informações relevantes aos agentes. Além disso, a ferramenta permite pesquisas automáticas, consolidando dados de várias fontes numa única interface, o que facilita o acesso à informação. "A principal inovação do Automaise Support Genius - Agent Assist é a sua capacidade de fornecer assistência em tempo real e de forma proativa aos agentes de atendimento, utilizando Inteligência Artificial (IA) avançada. Esta solução oferece sugestões automatizadas com base em informação de negócio durante as interações com os clientes, melhorando a eficiência e a qualidade do atendimento", detalhou ao Negócio Ernesto Pedrosa, CEO da Automaise. Para este responsável, o produto destaca-se pela assistência em tempo real proativa, onde a IA analisa as conversas à medida que ocorrem, sugerindo respostas e ações – next-best-action – adequadas para os agentes. "A sua versatilidade de integração com os sistemas existentes permite uma implementação sem fricções nas plataformas de contact center já em uso. O sistema tem a capacidade de aprendizagem contínua, ajustando-se automaticamente com base nas interações para melhorar o apoio aos agentes".

Um positivo impacto económico

Os resultados parecem já ser visíveis. Desde o lançamento da solução, a Automaise reporta um impacto de 70% no volume de negócios e na rentabilidade. A empresa espera que, nos próximos três a cinco anos, essa iniciativa continue a gerar um impacto significativo, prevendo um aumento de 50% no volume de negócios e 70% na rentabilidade. Este crescimento não se reflete apenas em números, mas também na qualidade de vida dos colaboradores, que beneficiam de um ambiente de trabalho mais saudável e menos stressante. "A solução tem contribuído para melhorar a qualidade de trabalho nos contact centers, melhorando a produtividade, reduzindo a carga de stress dos agentes e aumentando a sua satisfação", revela Ernesto Pedrosa.

Indústrias como banca e finanças, que necessitam de assistência na resolução de consultas e gestão de pedidos, podem beneficiar significativamente. Também o setor da saúde.

A assistência em tempo real diminui a pressão sobre os agentes, ajudando-os a gerir melhor as interações complexas e reduzindo a incidência de stress e burnout.

ERNESTO PEDROSA
CEO da Automaise

A integração de soluções baseadas em Inteligência Artificial também tem um impacto social positivo. A Automaise tem observado uma diminuição na rotatividade de colaboradores, uma vez que a profissão de operador de contact center se torna mais atrativa com a automatização de tarefas repetitivas. O tempo necessário para formar novos colaboradores foi reduzido, permitindo uma integração mais rápida e eficiente nas equipas. "A assistência em tempo real diminui a pressão sobre os agentes, ajudando-os a gerir melhor as interações complexas e reduzindo a incidência de stress e burnout. Os agentes conseguem resolver problemas de forma mais rápida e eficaz, o que lhes proporciona uma sensação de maior controlo e realização no seu trabalho", disse o CEO.

Muito para além dos contact centers

Além dos benefícios sociais, a solução da Automaise também se quer destacar pela sua contribuição ambiental, já que ao otimizar os processos de atendimento, a empresa ajuda a reduzir o desperdício de recursos, como papel e energia, promovendo um futuro mais sustentável.

A versatilidade da solução "Agent Assist" é outro dos seus pontos fortes. A tecnologia pode ser aplicada não apenas em contact centers, mas também em setores como banca, seguros e utilities, onde o atendimento ao cliente é crucial. "Indústrias como banca e finanças, que necessitam de assistência na resolução de consultas e gestão de pedidos, podem beneficiar significativamente. Também o setor da saúde, com apoio ao atendimento ao paciente e gestão de consultas, e o retalho, para suporte ao cliente em plataformas de e-commerce, são áreas com elevado potencial de aplicação".

Utilizando uma combinação de IA, processamento de linguagem natural (NLP), machine learning e modelos LLM de IA Generativa, Ernesto Pedrosa detalhou que a tecnologia de processamento de linguagem natural permite à solução analisar e compreender o contexto das interações, proporcionando respostas mais adequadas, enquanto o machine learning permite que o sistema aprenda continuamente com as interações passadas, melhorando a precisão das sugestões. Já a IA Generativa permite formular resposta naturais com base em fontes de informação do negócio. "A IA Generativa permite também dar capacidades argumentativas human like às soluções", explicou o CEO.

GettyImages

A principal inovação da solução premiada é a capacidade de fornecer assistência em tempo real e de forma proativa aos agentes de atendimento, utilizando IA avançada.

D.R.

Ernesto Pedrosa, CEO da Automaise

A Automaise pretende expandir-se para outros mercados, especialmente na Europa e América do Norte, prevendo um aumento da base de clientes em 500% nos próximos três anos.

Mais mercados e clientes

De resto, o "Automaise Support Genius - Agent Assist" já tem um rumo traçado. A Automaise pretende expandir-se para outros mercados, especialmente na Europa e América do Norte, prevendo um aumento da base de clientes em 500% nos próximos três anos. "Além disso, espera-se um impacto positivo na rentabilidade através da introdução de novas funcionalidades e serviços adicionais"., sustentou Ernesto Pedrosa.

Para a Automaise, a segurança dos dados dos clientes é ponto fundamental. A empresa adota uma abordagem robusta para a segurança dos dados, implementando medidas "avançadas" para garantir a privacidade e proteção das informações, garante Ernesto Pedrosa. "Todos os dados são encriptados durante o trânsito e em repouso, e a gestão de acesso é rigorosa, com autenticação multifator e controlo de permissões. Além disso, todos os processos cumprem o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), garantindo a privacidade e a segurança dos dados dos clientes".

A Automaise garante ainda a conformidade com as normativas em constante evolução através de atualizações contínuas na sua plataforma tecnológica e de um acompanhamento próximo das mudanças regulatórias. "São realizadas auditorias frequentes para assegurar o alinhamento com as melhores práticas do setor", explicou o responsável.

Com um crescimento robusto e uma abordagem inovadora, a Automaise quer redefinir o futuro do atendimento ao cliente em Portugal e provar que a tecnologia pode ser uma aliada na melhoria da qualidade de vida laboral. ■

DIOGO MALATO MOURA **"HEAD OF GLOBAL MARKETS" DO BNP PARIBAS PORTUGAL**

"Há cada vez mais interesse no mercado português"

O líder da maior sala de mercados a operar no país avança, em entrevista ao Negócios, que a dívida pública portuguesa está a captar dos investidores estrangeiros, mas não só. Também as ações já começam a ser alvo de maior apetite, num contexto em que Lisboa está ao mesmo nível que as principais praças mundiais.

Sérgio Lemos

O "head of global markets" do BNP Paribas em Portugal, Diogo Malato Moura, comanda a maior sala de mercados a operar em Portugal.

FÁBIO CARVALHO DA SILVA
fabiosilva@negocios.pt

É o responsável pela maior sala de mercados do país – que emprega 400 trabalhadores. A partir de Lisboa, o "head of global markets" do BNP Paribas Portugal, Diogo Malato Moura, serve investidores nacionais e estrangeiros e não tem dúvidas de que há um interesse crescente por ativos portugueses. E não é por acaso.

"Quando vemos os indicadores da economia portuguesa – com um crescimento acima da média da União Europeia (UE), com uma inflação que parece estar a descer de forma controlada, assim como as contas públicas saudáveis – tudo isto são fatores de atratividade e que fazem com que os investidores internacionais olhem mais para o mercado português", começa por dizer, em entrevista ao Negócios.

Assim, "há cada vez mais interesse no mercado português", ainda que "dentro daquilo que é o volume de negócios e a liquidez que proporciona o mercado financeiro nacional", ressalva o "head of global markets" do maior banco de investimento a operar em Portugal. Entre as várias classes de ativos, a dívida pública portuguesa é a estrela, mas as ações nacionais também já estão no cardápio dos investidores estrangeiros. "A dívida pública é claramente mais interessante, porque é um caso de sucesso, em termos do rating", justifica o responsável.

E pode, a joia da coroa dos ativos nacionais tornar-se ainda mais atrativa? Para o líder da sala de mercados portuguesa do banco francês é "difícil" responder. Olhando para o "spread" entre os juros da dívida portuguesa e a

A dívida pública portuguesa é claramente mais interessante, porque é um caso de sucesso, em termos de rating.

DIOGO MALATO MOURA
"Head of global markets" do BNP Paribas

“A volatilidade veio para ficar”, mas “não é uma preocupação”

Os tempos que se avizinham deverão ser de oscilação nas bolsas, mas não deve haver preocupação, diz o “head of global markets” do BNP Paribas em Portugal.

BNP vai recrutar mais 50 pessoas

A sala de mercados do BNP Paribas Portugal emprega “mais ou menos 400 pessoas” e pretende contratar mais 50 no próximo ano. Nesta leva estão englobadas várias funções, incluindo de “trader”. Em Portugal, só existem “traders” juniores, mas Diogo Malato Moura confessa que o objetivo é ter “traders” seniores, ainda que isso demore mais de uma década. Já quando confrontado com as diferenças de salários entre a atividade em Portugal e em outros países, o “head of global markets” limita-se a garantir que a política de contratação é “sempre adaptada ao mercado onde se encontra e à realidade do mercado nacional e da fiscalidade portuguesa”.

400

TRABALHADORES

Com 400 trabalhadores, a maior sala de mercados de país está prestes a receber mais 50 pessoas para o ano.

“yield” das Bunds alemãs, Diogo Malato Moura avalia que está “num nível tão bom que será difícil melhorar”. Por outro lado, o “head of global markets” vê “com dificuldade uma saída rápida dos investidores” das posições de compra da dívida portuguesa”. Assim, o responsável acredita que este diferencial “está num nível estável”.

Ainda no mercado obrigacionista, Diogo Malato Moura salienta que “as empresas portuguesas têm realizado várias emissões [de dívida] verdes” e acredita que este caminho não só é para continuar, como deverá assumir novos moldes.

“Portugal está sempre a detetar as tendências e está em espera. A mesma coisa na biodiversidade”, explica. E dá um exemplo, as obrigações azuis que “ainda não aconteceram, mas que claramente, vão acontecer, porque temos uma economia” ligada ao mar. Já quando questionado se o BNP Paribas tem estado em conversações e tem detetado interesse dos “players” deste mercado para uma emissão do género, Diogo Malato Moura diz apenas que esta é uma informação “que gostava de manter, por enquanto” para si.

Lisboa anda ao sabor dos pesos pesados

Da dívida para as ações, o “head of global markets” refere que estes títulos “também começam” a ganhar interesse por parte dos investidores estrangeiros, especialmente quando se coloca a bolsa nacional num contexto global. “Há uma ligação total e completa da bolsa portuguesa às bolsas europeias e norte-americanas. Há uma interconectividade entre todas as bolsas mundiais, e portanto, o facto de nós seguirmos essa tendência prova que a maior parte dos investidores são internacionais e têm este interesse”, sublinha.

Por outro lado, Diogo Malato Moura reconhece que na bolsa de Lisboa, “os volumes vão se alterando conforme uma grande empresa tenha um evento ou não”. E, portanto, é um mercado “muito aberto, ligado ao europeu e mundial, sempre à procura de inovação”, acrescenta.

Fazendo o somatório (e, sobretudo, a subtração dos últimos anos), o “head of global markets” acredita que um dos motivos para a escassez de empresas a entrar em bolsa em Portugal se pode dever, em parte, “a alguns entraves à entrada nos mercados capitais, à regulação, àquilo que é pedido às empresas”. Em concreto, “as empresas podem não ter a capacidade, a nível de meios humanos, para entregar [esses dados] e pode ser um entrave”, refere Diogo Malato Moura.

Além das ações, a bolsa de Lisboa tem sido parca em matéria de derivados, tendo atualmente apenas futuros sobre o PSI. Para combater esta lacuna, a empresa gestora da praça nacional, a Euronext está a trabalhar no lançamento de opções – instrumentos financeiros derivados – ainda este ano sobre ações da família EDP, da Jerónimo Martins e da Galp.

O sucesso destes produtos vai determinar se este tipo de contratos é alargado a outras cotadas do PSI. O objetivo era lançar estas opções “no primeiro semestre” deste ano, mas o prazo derrapou. Até ao momento, o BNP Paribas garante ainda não ter sido contactado pela Euronext para se tornar um potencial “market maker”, mas mostra-se disposto a conversar com a dona da bolsa de Lisboa sobre o tema.

Este pode ser um bom acordo para a bolsa, já que o banco é líder europeu em ações e também em derivados. Atualmente, a instituição financeira sediada em Paris detém uma quota de mercado em Portugal na área das transações por conta de terceiros, na totalidade dos ativos financeiros, de 30% e Diogo Malato Moura acredita que “pode chegar facilmente aos 35%”. A fatia de clientes portugueses é inferior a 5%. ■

O início de agosto foi tempo dos investidores apertarem o cinto para enfrentar os momentos de turbulência, com um movimento de “sell-off” nas principais bolsas mundiais. Entretanto, o mercado recuperou, mas o “head of global markets” do BNP Paribas Portugal, Diogo Malato Moura, não acredita que tal seja um sinónimo do fim da oscilação dos ativos financeiros.

“A volatilidade veio para ficar. É mais a norma ultimamente”, reconhece Diogo Malato Moura, em entrevista ao Negócios. Ainda assim, o responsável pela maior sala de mercados do país não considera que esta situação “seja uma preocupação, de todo”, até porque tudo “tem a ver com a forma como a volatilidade é gerida”, defende o “head of global markets”.

Olhando para as várias economias e para a forma como o seu desempenho e as perspetivas sobre o mesmo têm marcado o sentimento dos investidores, Diogo Malata Moura recorda que “houve um medo grande” de que houvesse um “hard landing” na Europa. No entanto, a região “continua a dar razões para acreditar num crescimento, que não é gigantesco, mas que comparado com o que se esperava é mais forte”.

As contas das empresas refletem o afastar de um cenário mais negativo para a economia. Os números da última época de resultados “não foram, de todo, desanimadores e portanto temos mais uma razão para acreditar num crescimento [ainda que] pequeno do que numa recessão”, sublinha.

“Nos EUA a economia é muito forte. Apesar de alguns indicadores continuarem a dar indicações muito fortes, e portanto, também não estamos a pensar, de todo, numa recessão”. Entre os mercados dos dois lados do Atlântico, europeu e norte-americano, a equipa de “research” do BNP Paribas “tem a tendência em pensar que a Europa poderá ter um desempenho melhor do que os Estados Unidos”.

Já no que diz respeito ao mercado chinês, a posição do BNP Paribas é de maior cautela. “Ainda estamos numa fase de esperar para ver”, diz Diogo Malato Moura, que reconhece que na China “há, de facto, alguns fatores macroeconómicos interessantes e outros que são menos interessantes”. ■ FCS

A Europa poderá ter um desempenho melhor do que os Estados Unidos.

DIOGO MALATO MOURA
“Head of global markets” do BNP Paribas Portugal

Antes de tomar uma posição sobre a China, o BNP Paribas prefere esperar para ver.

UMA PARCERIA:

negocios

O Negócios e o Doutor Finanças estabeleceram uma parceria com o objetivo de esclarecer as dúvidas colocadas pelos leitores em matéria de finanças pessoais. Todas as sextas-feiras, na edição impressa e aos sábados, online, encontrará respostas às suas perguntas.

MAIS-VALIAS

Sónia Matos

Desde 2005 eu era proprietária de uma casa (casa 1), que usava como habitação própria permanente. Em maio de 2024 comprei uma casa (casa 2) que passou a ser a minha habitação própria permanente (a casa 1 ia ser vendida entretanto). Esta casa foi comprada pelo valor de 255 mil euros, em que 150 mil euros foram pedidos ao banco e o resto foi pago com capital próprio. Em agosto de 2024 vendi a casa 1. Esta casa foi comprada em abril de 2005 por 81.500 euros e vendida em agosto de 2024 por 157.500 euros. Uma parte dos 157.500 euros foi para as agências imobiliárias envolvidas no negócio (perto de 10 mil euros).

1) O valor que adiantei para a compra da casa 2 é considerado para o cálculo das mais-valias da casa 1?

A segunda casa foi comprada antes da venda da primeira, pelo que os capitais usados para a sua aquisição não podem ter origem na venda da primeira casa. Significa que o valor adiantado não pode ser considerado para o cálculo das mais-valias. ■

2) De forma a não pagar imposto sobre as mais-valias, que investimento teria de fazer, contando ou não com o valor que investi na compra da casa 2?

Tratando-se de uma segunda habitação, atualmente é possível vender e investir esse dinheiro na amortização de um crédito habitação de uma primeira habitação. Esta é a forma de conseguir evitar pagar impostos. De realçar que tendo vendido a casa em agosto, terá até novembro para fazer a amortização de crédito para beneficiar desta isenção.

Quanto terá de investir e qual o valor que poderá pagar depende de várias questões, pelo que recomendamos que faça simulações, através da Calculadora de Mais-valias de Imóveis, para que possa perceber quanto pode ter de pagar e quanto pode ter de investir para não pagar impostos. ■

PENSÃO

Armando Rosa

Comecei a trabalhar com 12 anos de idade, numa empresa de ferragens, e a descontar para a Segurança Social. Aos 23 anos entrei para o Banco Pinto & Sottomayor, que depois foi comprado pelo grupo BCP. Para vir para a reforma na banca precisava de fazer 35 anos de serviço, nesta marca já sabia quanto ganhava de reforma, mas pediram para eu ficar e trabalhei mais três anos (total na banca 38) pois estes três anos não me beneficiaram na reforma que teria aos 35 anos , mas prejudicaram-me e muito. A partir de 2011 todos os empregados bancários descontaram para a segurança social. Como eu já tinha alguns anos de descontos, a partir de 2011 juntaram-se aos que tinha, a minha indignação é que o banco me tira da minha pensão da Segurança Social 324 euros por mês. Isto é permitido? Não é inconstitucional?

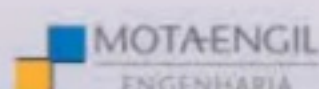
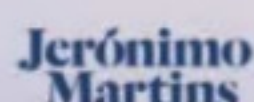
Recomendamos que procure a ajuda de um especialista em pensões para que possa perceber os cálculos. ■

As perguntas enviadas pelos leitores são editadas por questões de dimensão e clareza.
A informação partilhada não é vinculativa e não invalida a leitura integral de documentos e/ou o contacto com canais oficiais, que suportem a matéria em causa.

MAIS-VALIAS

Nuno Veríssimo

Equaciono a venda de um imóvel, meu na sua totalidade, e o reinvestimento na compra de outro, de valor superior, mas adquirido em conjunto com uma outra pessoa. Por forma a evitar o pagamento de mais-valias, posso comprar o imóvel seguinte numa percentagem de 70/30% ou 60/40%? Após quanto tempo poderei tornar a posse do imóvel 50/50 sem pagamento de mais-valias e de que forma? É possível a doação? Quantos anos tenho de esperar pela mesma?

Pode sempre adquirir uma casa com outra pessoa tendo percentagens sobre a propriedade diferentes. Contudo, para que depois fiquem com partes iguais têm de fazer uma transação, o que pode ter outras implicações. Para que possa tomar a melhor decisão para o seu caso, o melhor é recorrer a um fiscalista ou questionar as Finanças sobre o impacto que cada situação terá em termos fiscais. ■

OPINIÃO

A COR DO DINHEIRO

CAMILO LOURENÇO
Analista de economia
camilolourenco@gmail.com

O BCE e o custo da descredibilização

O BCE voltou a baixar o preço do dinheiro. Não foi nenhuma surpresa; todo o mercado já tinha antecipado a descida, como se percebe pela descida recorde das Euribor nas últimas 4 semanas. A questão agora é outra: vai haver mais alguma descida este ano? Se sim, para quanto... e quando?

Christine Lagarde, a presidente da instituição, deixou tudo em aberto. Tudo vai depender de como a inflação se comportar nos próximos meses. Curiosamente o BCE está mais cauteloso agora, que a inflação está a cair, do que estava há meses (quando havia muitas dúvidas de que a baixa de preços fosse sustentada).

Isso pode ser um problema? Pode, dependendo do comportamento da economia. Como explicar esta cautela num momento em que, aparentemente, o banco central devia estar mais otimista? Simples: a perda de credibilidade provocada pelo seu comportamento desde 2021. Primeiro porque se atrasou a subir as taxas, perdendo o controlo da inflação. Segundo porque no semestre do ano passado mostrou-se demasiado otimista, vaticinando (demasiado cedo) baixas dos juros a partir do primeiro trimestre de 2024. Só que os preços na Zona Euro pregaram uma partida à senhora Lagarde e o BCE foi obrigado a fazer marcha-atrás.

É isso que está a obrigar os responsáveis do BCE a serem muito cautelosos agora, não obstante estarmos perante um abrandamento dos custos laborais e o risco cada vez maior de recessão em algumas economias, com destaque para a Alemanha.

Os bancos centrais vivem essencialmente da credibilidade. E quando a perdem são obrigados a redobrar cautelas, com custos para a política monetária (e consequentemente para o resto da economia). É por isso que é preferível ter ao comando pessoas inequivocamente comprometidas com a estabilidade monetária (manutenção da inflação num intervalo de zero a dois por cento). A senhora Lagarde nunca deu garantias a esse nível. O resultado está à vista. Vamos ver se os líderes europeus são mais competentes na escolha do próximo governador. ■

MANUAL DE SOBREVIVÊNCIA

JOANA GAROUPA
CEO da Garoupa INC e autora de "Manual de Sobrevivência para o mundo corporativo"

A sustentabilidade e as batalhas épicas com as tampas das garrafas

> De acordo com um relatório técnico do Centro Comum de Investigação da UE, as tampas de garrafas de plástico e as beatas de cigarro são alguns dos resíduos mais comuns nas praias europeias.

A temática da sustentabilidade faz parte da minha vida profissional atual, desenvolvendo projetos de várias índoles no âmbito da Garoupa INC. Como tal, e sendo uma defensora dos temas de ESG, este texto pode ser interpretado como, no mínimo, estranho. Mas aqui vai: de vez em quando sinto que sou confrontada com mudanças das marcas, em prol da sustentabilidade, que têm um impacto menos positivo na minha experiência pessoal com determinado produto/serviço. Fico numa guerra interna entre, apreciar a iniciativa em prol do ambiente e do futuro da humanidade (!) e saudosista da experiência anterior – que era mais prazerosa. O velho altruísmo vs o atraente egoísmo.

Não deveria sequer vacilar mas confesso que os talheres de bambu da McDonald's destruíram completamente o meu vício por sundaes duplos de caramelo, passando pelas palhinhas de papel que se desfazem ao fim de minutos deixando uma impressão esquisita na língua, aos pacotes de arroz que sendo 100% papel se desfazem por tudo e por nada, acabando nas tampas das garrafas de plástico que se encostam ao nariz, dificultando o consumo e provocando logo depois a tragédia do fecho (ou não) dessa mesma garrafa.

Neste último caso, quem teria imaginado que uma pequena tampa de garrafa poderia dar tantos problemas. Não é só em Portugal que isto está a acontecer. O drama das tampas está a espalhar-se por toda a Europa. Pensamos que as coisas, porque têm sido como são há algum tempo, não podem mudar. Mas acontece que estávamos errados: as tampas das garrafas como as conhecíamos até agora eram um problema e por isso tinham de mudar.

A Comissão Europeia estima que apenas dez produtos de consumo representam 70% - mais de um terço - de todo o lixo marinho do planeta. Entre estes dez produtos problemáticos encontram-se as tampas de plástico. Assim, a partir de 3 de julho de 2024, de acordo com a Lei de Resíduos que entrou em vigor no ano passado e a Diretiva (UE) 2019/904 sobre a redução do impacto de certos produtos plásticos no meio ambiente, todas as tampas de garrafas ou embalagens de até 3 litros deverão ficar presos ao resto do recipiente.

E qual é o objetivo? Tal como a UE afirma na norma, trata-se de "garantir que o fecho (a tampa) seja reciclado com o resto da embalagem". Resumindo, nas embalagens de leite, bebidas vegetais, sumos, ou nas garrafas de água ou refrigerantes, as nossas tampas passaram a ter uma espécie de "cordão umbilical", procurando criar produtos com o menor impacto possível para o planeta. Estas tampas têm uma função: permanecer presas ao recipiente durante todo o seu ciclo de vida tornando muito mais fácil assegurar que ambas as partes são recicladas e que a tampa, quando separada da garrafa, não se perca no processo e acabe por ser deitada para o mar.

De acordo com um relatório técnico do Centro Comum de Investigação da UE, as tampas de garrafas de plástico e as beatas de cigarro são alguns dos resíduos mais comuns nas praias europeias. Esta medida vem na sequência de outras já implementadas, nomeadamente na substituição das embalagens de plástico pelas de cartão e complementa a norma que proíbe a comercialização dos tais dez resíduos plásticos descartáveis mais encontrados nas praias europeias, que definiu, a partir de 3 de julho de 2021, que pratos, talheres, palhinhas, palitos para balão e cotonetes de plástico descartáveis não poderiam ser vendidos nos mercados da UE.

#Myenergyshot - Optou-se por premiar a preguiça - todos nós poderíamos separar as tampas e colocá-las num reservatório próprio ou colocar na garrafa como fazemos com as caricas nas garrafas de vidro – por isso sinto que temos de dar o corpo ao manifesto. Sabemos que as mudanças são difíceis e demoram o seu tempo. Quem não anda hoje já sempre com um saquinho portátil na mala ou no carro, para aquelas compras de última hora? Mesmo com saudade/nostalgia da experiência anterior, o que não nos desafia, não nos transforma.

E sabendo que, segundo a World Wide Fund for Nature (WWF), só este ano já entraram nos oceanos mais de cinco milhões de toneladas de plástico e a cada ano morrem cerca de 100 mil mamíferos devido à poluição penso que não há grande duvida sobre a validade e necessidade desta medida. Venham as mudanças! ■

Coluna quinzenal à sexta-feira

CONTAS CERTAS

Admitamos que, apesar de todos os esforços, genuínos e empenhados, de todas as partes, não haja acordo e que, de um ou outro lado, prevaleça a tese que é melhor "quebrar agora" que deixar avançar. Uma coisa sabemos já: a preocupação maior de cada um será não ficar com o ónus de uma negociação mal sucedida.

FERNANDO MEDINA
Economista

Orçamento 2025 (I) – Viabilização ou não

José Sena Goulão/Lusa

O debate mediático a que temos assistido sobre o Orçamento do Estado para 2025 tem-se concentrado quase exclusivamente na dimensão de saber se será ou não aprovado. É no fundo o debate que deriva da ligação umbilical entre a aprovação de um OE e as condições de governabilidade no país. Comecemos, pois, por aqui.

Acreditemos na última palavra de vários responsáveis do Governo/PSD e do PS de que há genuína vontade de negociar e chegar a um entendimento. Deitemos, pois, fora, as trocas de acusações, ameaças, incompreensões mútuas ou mudanças rápidas de discurso que marcaram a comunicação (ou melhor dizendo o ruído) sobre a negociação do orçamento nos últimos meses, sabendo que possivelmente ainda veremos muito disto até à votação final global.

Admitamos que o Governo e o PS conseguem organizar um processo de negociação eficaz, circunscrito a um conjunto limitado de pontos (IRS Jovem e IRC e manter "contas certas"), e chegar a um entendimento rápido, não permitindo a extensão da negociação em sede de especialidade.

Esta solução iria de encontro ao que muitos defendem no PS – com destaque para os autarcas do partido – e corporizaria a tese de muitos setores do PS de que o papel do partido é o de "melhorar um pouco um mau orçamento" e não construir um OE a meias com o PSD.

Para o Governo, e dado o calendário das eleições presidenciais, esta aprovação permitiria a governação pelo menos durante mais dois anos, só interrompíveis pela aprovação de moção de censura ou não aprovação de moções de confiança. Sobre o tipo de governação que teremos voltaremos em próximo artigo.

Uma variante deste cenário é haver entendimento sobre alguns pontos mas não se fechar o acordo antes da fase de especialidade. Isto levará às mais variadas aprovações e rejeições cruzadas em sede de especialidade, afastando claramente o orçamento do consenso que PS e Governo hoje enunciam de ter um OE de "contas certas".

A aplicação do OE de 2024 em 2025 é possível e não levanta obstáculos inultrapassáveis. Mas isso já não acontecerá em 2026.

Mas admitamos que, apesar de todos os esforços, genuínos e empenhados de todas as partes, não haja acordo e que, de um ou outro lado, prevaleça a tese que é melhor "quebrar agora" que deixar avançar. Uma coisa sabemos já: a preocupação maior de cada um será não ficar com o ónus de uma negociação mal sucedida, dadas todas as sondagens apontarem para uma falta de apetência dos portugueses por novas eleições em breve.

No histórico recente, o chumbo do OE para 2022 deu lugar à dissolução da Assembleia e a novas legislativas. Dada a profunda fragilidade em que ficaria o governo e a velocidade fulminante com que o Presidente lê estas situações (veja-se como fez aquando da demissão de António Costa e da marcação de eleições), torna-se natural a repetição do caminho de novas eleições, que poderiam ocorrer no primeiro semestre de 2025.

Alguns sugerem, em alternativa, a não marcação de eleições e a governação em regime de duodécimos, isto é, a aplicação pelo atual Governo em 2025 do orçamento atualmente em vigor.

É de sublinhar de forma clara que, no contexto atual, esta opção colocará o país numa situação muito complexa. Como este cenário traduzirá a recusa de marcação de novas eleições legislativas em 2025 pelo atual Presidente da República, teria de ser o novo Presidente (eleito em janeiro de 2026 e empossado em março) a marcá-las para o 2º semestre de 2026. Isto, claro, se assim o entendesse.

Ora, como os mais conhecedores do processo orçamental já terão reconhecido, a aplicação do OE2024 em 2025 é tecnicamente possível e não levanta obstáculos inultrapassáveis (alguns até argumentam que seria a melhor solução para evitar a degradação das finanças públicas...). Mas a questão é que isso já não acontecerá em 2026, onde a aplicação do OE de 2024 será inviável para dar respostas em muitas dimensões. Ora com novas legislativas, como vimos, a terem lugar no cenário mais breve, no 2.º semestre de 2026, os problemas de gestão orçamental seriam muito grandes, obrigando os partidos à viabilização de orçamento(s) retificativo(s) (o que exigirá um acordo que os mesmos partidos não quiseram em 2024 e, naturalmente, em 2025) ou à ingovernabilidade completa.

Em síntese, isto significa que até 2026 teríamos um Governo claramente minoritário, politicamente sem peso ou autoridade, a governar na prática em gestão corrente e em modo campanha eleitoral durante mais de dois anos.

Sobre a viabilização ou não do Orçamento em síntese é isto. Teremos certamente o próximo mês ou dois totalmente preenchido com variantes do que aqui se relata, e com pouca luz sobre o desfecho final antes do cerrar das cortinas.

O próximo artigo será dedicado ao conteúdo do Orçamento, isto é, "ao Orçamento que precisamos". ■

OPINIÃO

MALA DIPLOMÁTICA

Nem uma palavra sobre o Afeganistão

MARIA LUÍSA MOREIRA
Consultora na área da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável

Agora com os holofotes em Gaza e na Ucrânia, e três anos após a polémica retirada militar e política da região, o silêncio da comunidade internacional perante a crise que assolou o Afeganistão é confrangedor. Nem a campanha eleitoral nos EUA reanimou a memória sobre um país que, deixado ao abandono e sob controlo de terroristas, recuou décadas com o regresso de um autêntico fascismo islâmico que se autoalimenta da tirania, da opressão, da violação, do desumano, da intolerância e da violência.

O silêncio que varre o Afeganistão é, muito simplesmente, uma forma de apartheid contra metade da população, embora ainda não tenha sido formalmente catalogado como tal ao abrigo do direito internacional. E ainda que esta negação da liberdade afete sobretudo as mulheres, os homens afegãos também são consideravelmente visados, pois são impedidos de pensar ou agir fora das regras impostas pelo regime (a responsabilidade dos homens afegãos pela complacência e pela denúncia dos talibãs é assunto para outra crónica). Com um conjunto de novas restrições totalitárias anunciadas nos últimos meses, que proíbe categoricamente as mulheres afegãs de viajarem sem escolta masculina, de falarem em público, de removerem a cobertura obrigatória, incluindo o rosto, e de manterem contacto visual entre indivíduos que não sejam da família, o Afeganistão tornou-se num autêntico Estado de vigilância em tempo recorde. O novo nível de repressão inclui a contratação e a coação das próprias mulheres para se tornarem espiãs responsáveis pela monitorização das redes sociais e pela denúncia de rostos descobertos – uma situação insalubre e perpetuadora de crimes contra a humanidade que o próprio Ministério para a Promoção da Virtude e a Prevenção do Vício patrocina.

> O silêncio da comunidade internacional não se verifica por falta de políticas e mecanismos legais, mas por inércia.

O silêncio da comunidade internacional não se verifica por falta de políticas e mecanismos legais, mas por inércia. Com relativa urgência, seria proveitoso que as democracias ocidentais denunciassem veementemente o que se está a passar no Afeganistão, não só do ponto de vista humanitário, mas também como preocupação e prioridade de política externa. Nesse sentido, é imperativo continuar o esforço norte-americano de evitar qualquer ação político diplomática que, direta ou inadvertidamente, possa reforçar o sentimento de validação e de impunidade dos talibãs, encorajando outros grupos fundamentalistas semelhantes noutras partes do mundo e abrindo espaço para que não cumpram as suas obrigações à luz do direito internacional. Isto é tão importante, se não mais, no ano de 2024, em que assistimos a retrocessos significativos em matéria de direitos humanos.

Outro passo difícil, embora muito significativo, inclui catalogar a situação afegã como um crime de apartheid contra as mulheres e, simultaneamente, como um crime contra a humanidade. Um Estado repressivo a este nível não pode ser combatido com declarações ocas no portal da ONU, nem com reuniões multilaterais onde a sociedade civil é excluída – e que raio de solução política de alto nível poderá alguma vez sair de uma reunião com um grupo terrorista? É imperativo que um grupo de países, e neste caso tenho preferência pelos países da UE, consiga levar os talibãs aos respetivos tribunais internacionais. É um imperativo moral, ético e democrático utilizar todos os instrumentos jurídicos internacionais disponíveis para pôr termo às violações dos direitos humanos, que de forma sistemática e flagrante afundam o estatuto da vida humana ao nível mais baixo alguma vez conhecido. ■

Coluna quinzenal à sexta-feira

ADVOGADO DO DIABO

Europa - Uma anã geopolítica?

LUÍS MIGUEL HENRIQUE
Advogado

O relatório de Mário Draghi tem a virtude de sistematizar um conjunto de visões e medidas que todos nós já ouvimos e conhecemos, mas que preferimos ignorar no conforto das nossas democracias ocidentais.

As implicações para a Europa que da implementação de tais medidas poderão decorrer, poderão ajudar a recuperar o tempo perdido e talvez assim, mas unicamente enquanto bloco (ainda que respeitando a diversidade cultural, económica e política), possamos encurtar distâncias para os gigantes norte-americano e chinês, por forma a evitar a pequenez geoestratégica que a Europa cada vez mais se vê adstrita.

O facto de já existir um histórico de sucesso que a covid-19 proporcionou, poderá ajudar a ver nascer a proposta de emissão regular de dívida conjunta para financiar investimentos que aumentarão a nossa capacidade de responder a desafios comuns.

Contudo, o foco essencial terá de estar na redução da dependência externa, nomeadamente em relação à China, com o objetivo de aumentar a nossa resiliência frente a novas fortes pressões externas, particularmente no capítulo da "Segurança e Defesa", onde será necessária uma completa revolução cultural.

O tempo de paz que a Europa Ocidental viveu nos últimos 80 anos é, historicamente falando, um estado de exceção e não a regra, pelo que o "mindset" da população nascida e criada no último quarto de século passado ou já no presente, não está (ou pelo menos não estava até à invasão da Ucrânia) minimamente preparado ou sequer sensibilizado para tal tema, com os sacrifícios financeiros e humanos que tal comporta.

O relatório sugere um aumento significativo no investimento em capacidades de defesa, o que ajudará a fortalecer a posição geopolítica da Europa. De igual forma, ao aumentar a competitividade da UE, o relatório visa garantir que o "Velho Continente" Europa continue a ser um ator relevante no cenário global, capaz de influenciar políticas e normas internacionais.

A implementação dessas recomendações pode ajudar-nos a enfrentar desafios fortalecendo a democracia ocidental e promovendo uma maior integração e cooperação entre os Estados-membros, sob pena de, a continuar assim, a Europa será por muitas gerações, uma anã geoestratégica. ■

Coluna semanal à sexta-feira

PROJECT SYNDICATE

MICHAEL SPENCE
É Prémio Nobel da Economia, é professor emérito de Economia e antigo reitor da Graduate School of Business da Universidade de Stanford e coautor (com Mohamed A. El-Erian, Gordon Brown e Reid Lidow) de Permacrisis: A Plan to Fix a Fractured World (Simon & Schuster, 2023).

A Europa precisa de uma nova visão económica

Os choques económicos globais dos últimos anos deixaram a Europa particularmente vulnerável. Embora praticamente toda a gente tenha sofrido perturbações relacionadas com o clima e a pandemia, a União Europeia (UE) também teve a guerra na Ucrânia a desenrolar-se à sua porta, e a sua dependência aguda das importações de energia significou que o aumento dos preços – e a necessidade de se afastar dos combustíveis fósseis russos – teve um impacto especialmente forte. Tanto o crescimento como a segurança económicos estão sob pressão.

É certo que alguns destes choques foram de curto prazo. As perturbações relacionadas com a pandemia resolveram-se em grande parte por si próprias e mesmo a inflação, que disparou no rescaldo da pandemia, parece estar em grande parte sob controlo, graças aos esforços dos bancos centrais da UE, nomeadamente do Banco Central Europeu (BCE) e parece provável que a questão esteja totalmente resolvida nos próximos 12 meses.

Mas a UE enfrenta uma série de desafios económicos formidáveis que não irão simplesmente desaparecer. Para começar, os crescentes riscos de segurança na sua vizinhança, conjugados com as dúvidas crescentes sobre a durabilidade do compromisso da América com a defesa europeia, pressionaram a UE para reforçar as suas próprias capacidades. Isto implica não só uma maior coordenação entre os países, mas também um aumento significativo das despesas globais de defesa: a despesa total do bloco ascende atualmente a 1,3% do PIB, muito abaixo da meta de 2% do PIB da NATO.

Além disso, o crescimento da produtividade, que tem vindo a diminuir em grande parte do mundo, é especialmente baixo na Europa, e o fosso entre a UE e os Estados Unidos aumenta todos os anos. Com uma taxa de desemprego média de cerca de 6,5%, existe alguma margem para o aumento da procura agregada para alimentar o crescimento, mas um crescimento robusto a longo prazo será praticamente impossível se a Europa não conseguir resolver o atraso na produtividade.

Esta não será uma tarefa fácil. O crescimento da produtividade a longo prazo nas economias desenvolvidas depende significativamente de mudanças estruturais, impulsionadas principalmente por inovação tecnológica. É aqui que reside o principal problema da Europa: numa série de áreas, desde a inteligência artificial aos semicondutores e à computação quântica, os EUA e até a China estão a deixar a Europa a comer pó.

As principais razões para o défice de inovação da UE são bem conhecidas. Tanto a investigação e desenvolvimento básicos como aplicados têm sofrido um subinvestimento crónico. A eficácia do financiamento da investigação básica é prejudicada por uma abordagem descentralizada, com programas nacionais descoordenados e mal orientados a prevalecerem sobre o financiamento e a gestão a nível da UE. Além disso, a integração do mercado único continua a ser incompleta, especialmente nos serviços. Isto é especialmente importante nos domínios digitais, onde o retorno do investimento em inovação depende da dimensão do mercado.

A UE enfrenta outras barreiras para se tornar um centro de inovação. Uma delas é a falta das infraestruturas necessárias, especialmente as enormes quantidades de poder computacional precisas para treinar os modelos de IA. (Atualmente, a UE depende em grande parte dos gigantes tecnológicos americanos para obter estas capacidades.) Outra é que o capital de risco e o capital privado necessários para apoiar a inovação – investidores com experiência e motivação para ajudar os jovens empreendedores a construírem empresas inovadoras – não estão amplamente disponíveis, embora existam ecossistemas empresariais promissores em vários países.

Mas estas barreiras podem ser ultrapassadas. E se o forem, a UE dispõe de pontos fortes importantes que pode capitalizar, a começar pelos talentos abundantes provenientes das universidades de primeira classe. Além disso, serviços sociais e sistemas de segurança social bem desenvolvidos da Europa proporcionam um nível de segurança económica que pode viabilizar a tomada de riscos empresariais.

No entanto, a menos que a UE consiga capitalizar os motores tecnológicos da mudança estrutural, partes da sua economia continuarão a ser dominadas por setores industriais tradicionais que se revelaram lentos na adoção de inovações que aumentam a produtividade. Numa economia global em que o valor deriva cada vez mais de fontes intangíveis, a UE continuará a depender de ativos tangíveis para criar valor. E a profunda reserva de capital humano da Europa tornar-se-á cada vez menos profunda, à medida que os seus melhores talentos migrarem para onde as oportunidades são mais abundantes.

A Europa tem de decidir: pode manter-se no seu rumo atual, o que conduzirá certamente a uma relativa estagnação, ou pode traçar um caminho inteiramente novo. A última abordagem é mais arriscada, mas também apresenta um potencial de valorização muito maior. Não faltam pessoas nos governos, nas empresas, na política e no meio académico que compreendem os desafios que a Europa enfrenta e são mais do que capazes de conceber, debater, modificar e implementar um plano criativo e virado para o futuro.

Infelizmente, um plano deste tipo não parece ser uma grande prioridade nos países europeus ou a nível da UE. Não aparece nos debates políticos que rodeiam as eleições nacionais. Talvez o que falte seja uma imagem clara das prováveis consequências da manutenção do status quo e, mais importante, uma visão convincente que possa inspirar e orientar a política e o investimento.

Quando uma viagem é desafiante, uma visão clara do destino é vital para manter as pessoas motivadas. Os tecnocratas muitas vezes não conseguem reconhecê-lo, mas a própria Europa experimentou-o em primeira mão na sua busca pela adoção de padrões de crescimento e modelos económicos sustentáveis, onde existe uma visão clara do destino. Da mesma forma, os líderes dos países em desenvolvimento bem-sucedidos promovem normalmente uma imagem clara do futuro desejado, de forma a encorajar e possibilitar as escolhas difíceis que são necessárias para o construir.

Não há razão para pensar que a UE é incapaz de conceber uma nova visão para o seu futuro e um roteiro para a transformação digital e estrutural de que tanto necessita. Mas, primeiro, os europeus devem responder a uma questão simples mas crítica: como deverá ser a UE – em termos de inovação, economia, segurança e resiliência – dentro de uma década? ■

Tradução: Leonor Mateus Ferreira

O crescimento da produtividade a longo prazo nas economias desenvolvidas depende significativamente de mudanças estruturais, impulsionadas principalmente por inovação tecnológica.

A Europa tem de decidir: pode manter-se no seu rumo atual, o que conduzirá certamente a uma relativa estagnação, ou pode traçar um caminho inteiramente novo.

negocios

Conselho de Administração Presidente: Domingos Matos; Vogais: Luís Santana, Ana Dias, Octávio Ribeiro, Isabel Rodrigues, Mário Silva, Miguel Paixão, Paulo Fernandes e Filipa Alarcão. • Principal acionista Expressão Livre II, SGPS, S.A. (100%). • Diretora: Diana Ramos Diretor adjunto: Celso Filipe • Sede: Redação, Administração e Publicidade Rua Luciana Stegagno Picchio n.º 3 - 1549-023 Lisboa • Redação: tel. 210 494 000 e-mail info@negocios.pt Publicidade: tel. 210 494 076 e-mail publicidade@medialivre.pt • Assinaturas: tel. 210 494 999 (das 9h às 18h) ou através do e-mail assine@medialivre.pt • Delegação Porto Rua Eng.º Ferreira Dias, 181, 4100-247 Porto tel. 225 322 342 • e-mail negocios-porto@negocios.pt • Internet www.negocios.pt • Propriedade/Editora: Medialivre, S.A. • Sede Rua Luciana Stegagno Picchio n.º 3 - 1549-023 Lisboa Capital Social 22 523 420,40€ • Contribuinte 502 801 034 • C.R.C de Lisboa 502 801 034 • Impressão EGF-Empresa Gráfica Funchalense - R. da Capela Nossa Sra. da Conceição 50, 2715-311 Pêro Pinheiro. ISSN: 0874-1360 • Estatuto editorial disponível no site em www.negocios.pt

SEXTA-FEIRA | 13 SET 2024

...medialivre
Nº ERC: 121571 • Depósito Legal: 120966/98
Tiragem média de Agosto de 2024: 4.170 exemplares

SA LUÍS AFONSO

BANCA

Novo colosso? CEO do UniCredit admite OPA sobre o Commerzbank

Depois de o UniCredit ter adquirido uma participação de 9% no Commerzbank, o CEO do segundo maior banco italiano, Andrea Orcel, afirmou esta quinta-feira que uma oferta pública de aquisição (OPA) à instituição alemã é uma hipótese em cima da mesa.

"As conversações sobre uma fusão, ou uma nova combinação" são cenários possíveis nas discussões de topo sobre a participação adquirida, disse o CEO à Bloomberg. "Podemos empenhar-nos de forma construtiva para saber se queremos criar algo mais do que apenas o valor que pode ser criado pelo Commerzbank de forma autónoma", acrescentou.

Orcel sinalizou, assim, que todas as hipóteses estão em aberto e que o banco permanece flexível relativamente ao futuro. Para ir além de uma participação de 10% no Commerzbank, o UniCredit necessitaria de aprovação do Banco Central Europeu.

A presidente do supervisor, Christine Lagarde, disse ontem que uma fusão será vista com bons olhos por quem que tem pedido maior integração no setor. "Fusões transfronteiriças têm sido esperadas por várias autoridades", disse.

A decisão do UniCredit coincide, não por acaso, com a saída do Estado alemão do capital do Commerzbank, sendo que 4,5% foi comprado ao próprio Estado, e os restantes em operações de mercado aberto. "Há a possibilidade de que o Governo continue a vender e nós estaríamos interessados se for nos termos certos", referiu Orcel. Contudo, ressalvou: "há a possibilidade de comprarmos em mercado aberto, ou a possibilidade de não fazermos nada".

A operação pode resultar na criação de um novo gigante financeiro na Alemanha e seria uma das maiores fusões transacionais de sempre na região. De acordo com o valor de ativos sob gestão no segundo trimestre, a nova entidade que resultasse da fusão seria o quinto maior banco europeu.

As regras do mercado de capitais impedem a Alemanha de vender a restante posição de 6% que ainda detém pelo menos por três meses. Mas o CEO do UniCredit não tem pressa: "Somos muito pacientes", acrescentou. ■ DMF

ELEVADOR

Celso Filipe
cfilipe@negocios.pt

JOÃO GALAMBA
Ex-secretário de Estado Energia

Mais vale tarde do que nunca. Esta quinta-feira, numa conferência, João Galamba fez "mea culpa" sobre seu excesso de entusiasmo, enquanto governante, em relação ao papel de Portugal como país produtor e exportador de hidrogénio verde. Este reconhecimento é um sinal de maturidade e também uma evidência de que, não raras vezes, o poder atrapalha o discernimento. ■

FERNANDO ALEXANDRE
Ministro da Educação

No ciclo de polémicas recorrentes, agora calha a vez da pressão se transferir para o ministro da Educação. Como de costume há falta de professores, o sindicato diz que as medidas de apoio aos deslocados pouco resolvem, antigo ministro do setor acusa o atual de inflacionar o número de alunos sem aulas e os trabalhadores não docentes marcaram uma greve nacional nas escolas a 4 de outubro para exigir melhores condições de trabalho. ■

negocios
negocios.pt
iniciativas
Este suplemento faz parte integrante do Jornal de Negócios n.o 5324, de 13 de setembro de 2024, e não pode ser vendido separadamente.

Prémio Nacional de Agricultura 2024

- Agricultura é pilar essencial da economia
- Défice agroalimentar triplicou em 10 anos
- Atrair mais jovens para a agricultura

José Manuel Fernandes
"Um jovem que se instale em exclusividade na agricultura terá 50 mil euros a fundo perdido e as candidaturas poderão atingir os 400 mil euros."

Duarte Roriz

"O prémio que dá voz à agricultura em Portugal"

Fotos: Duarte Roriz

Na 13.ª edição do Prémio Nacional da Agricultura, mantêm-se os eixos de sustentabilidade e inovação, e estreia-se uma nova presidente do júri, Ana Rosas Oliveira.

FILIPE S. FERNANDES

O Prémio Nacional da Agricultura, iniciativa do Negócios e do Correio da Manhã, em parceria com o BPI, com o alto patrocínio do Ministério da Agricultura e Pescas e o apoio da PwC, foi lançado em 2012. Desde então teve mais de 11 mil candidaturas, sendo distinguidos cerca de 160 projetos entre prémios e menções honrosas. "Tem dado palco às empresas do setor agrícola premiando o melhor que se faz em Portugal", afirmou Ana Rosas Oliveira, administradora do banco BPI, que nesta 13.ª edição assume, pela primeira vez, a presidência do júri do PNA, em substituição de Pedro Barreto.

Na sua intervenção, Ana Rosas Oliveira reconheceu que o setor agrícola é um pilar essencial da economia portuguesa e tem um papel relevante na criação de emprego nas áreas rurais. Além disso, hoje é um importante contribuinte para as exportações portuguesas, tendo, em 2023, representado 12,83% das exportações totais no valor de 9,95 mil milhões de euros.

Ana Rosas Oliveira salientou que o BPI tem apoiado o setor agrícola nos investimentos realizados nos últimos anos, com enfoque especial na modernização e no aumento da produtividade. "Temos uma oferta financeira dedicada e equipas especializadas, mas continuamos atentos aos desafios do setor, especialmente exposto às alterações climáticas; por isso, é crítico o investimento na inovação e na sustentabilidade", referiu a administradora executiva do banco BPI desde julho de 2024, e responsável pela área de empresas.

O trabalho dos stakeholders

Em termos de orgânica dos prémios, a 13.ª edição do Prémio Nacional da Agricultura mantém os dois eixos de sustentabilidade e inovação que foram introduzidos na edição anterior. "Esperamos mais uma vez receber candidaturas de projetos com impacto, que permitam a partilha de boas-práticas e, acima de tudo, que sejam projetos inspiradores e auxiliem a agricultura nacional a crescer e a renovar-se", disse Ana Rosas Oliveira. ■

Ana Rosas Oliveira, administradora do banco BPI.

Esperamos, mais uma vez, receber candidaturas de projetos com impacto, inspiradores e que auxiliem a agricultura nacional a crescer e a renovar-se.

ANA ROSAS OLIVEIRA
Administradora do banco BPI

Prémios incentivam a fazer-se mais e melhor

"Depois de 12 anos de excelentes exames da agricultura em Portugal, surge mais uma edição do Prémio Nacional da Agricultura, e é um orgulho para a Medialivre estar na origem desta iniciativa, que incentiva a fazer-se mais e melhor", afirmou Ana Dias, administradora financeira da Medialivre, que detém o Correio da Manhã e o Negócios.

O setor agroflorestal é um setor relevante na economia nacional, por isso, o papel da Medialivre na sociedade "é continuar, de uma forma livre e com muita capacidade de chegar a muitas pessoas, a comunicar o que de bom se faz em Portugal no setor agrícola", disse Ana Dias.

A administradora da Medialivre enfatizou ainda a importância e o significado das categorias dos prémios inovação e sustentabilidade. Na sua opinião, são fundamentais para atrair novos valores e novos agricultores. Estas vertentes estão muito presentes e são muito importantes para uma nova agricultura, "tanto pela manutenção do equilíbrio do ambiente com a inovação como pelas novas abordagens que possam melhorar e ser mais eficazes na agricultura que se faz", concluiu Ana Dias.

Em 2023, a agricultura representou 12,83% das exportações totais, correspondendo a um valor de 9,95 mil milhões de euros.

Iolanda Valente, diretora do projeto Semear.

Semear impacto social

O objetivo é capacitar e empregar pessoas com dificuldades intelectuais e de desenvolvimento, apoiar famílias em dificuldades e desenvolver negócios sociais que contribuam para a sua sustentabilidade.

"O Semear é um programa sustentável cujo objetivo é capacitar e empregar pessoas com dificuldades intelectuais e de desenvolvimento", explicou Iolanda Valente, diretora do projeto Semear. Esta organização social nasceu em 2014 através da instalação de uma academia de formação no Instituto Superior de Agronomia (ISA), na Tapada da Ajuda.

Iolanda Valente falou, sobretudo, sobre a prática de agricultura biológica em sete hectares na Estação Agronómica em Oeiras. Produz cerca de sete toneladas de alimentos, distribuídos por 14 associações, desde Cascais a Sesimbra, passando por Sintra e Lisboa, a famílias em situação de carência económica, o que faz com que aumente o "seu impacto social, fazendo chegar alimentos frescos". Fazem cabazes para venda porta a porta e abastecem restaurantes, incluindo cadeias de restaurantes como o Sushi Café, Manjericão, entre outras.

Explicou ainda que o Semear tem procurado construir negócios sociais com o objetivo de tornar o projeto sustentável. "As áreas que escolhemos para estes negócios sociais são tendencialmente operacionais para que as pessoas que apoiamos consigam ter sucesso e sejam um exemplo da sua prática", disse Iolanda Valente. Nestes incluem-se uma exploração agrícola, uma mercearia, e o café Único no CCB em parceria.

Os verdes de Oeiras

Neste espaço agrícola de Oeiras estão 12 das 48 pessoas que fazem parte do Semear, e metade da equipa é de pessoas com dificuldade intelectual. Este espaço é também palco de "team building" solidários e voluntariado corporativo. "É uma exploração pequena, não temos muitos recursos, o processo de produção é muito manual, e se não fossem os voluntários não conseguíamos produzir o que produzimos. Em 2023, tivemos cerca de 3 mil voluntários. Temos capacidade para acolher perto de 300 a 400 voluntários de cada vez, já testado e comprovado. Normalmente as empresas trazem-nos grupos de 30 a 50 pessoas", revelou Iolanda Valente.

Lembra que chegaram a produzir 36 variedades de tomate, "mas se calhar fazia pouco sentido perante a emergência de famílias em carência económica e alimentar, em que as pessoas querem ter produtos para fazer uma sopa, uma alimentação de base. Por isso, começámos a afinar as escolhas". Hoje fazem, sobretudo, hortícolas, como aipo, alho-francês, e, ainda, nabo, batata-doce.

Iolanda Valente afirmou que a taxa de desperdício "é muito reduzida, até porque evitamos a perda alimentar porque todos os excessos vão para a nossa mercearia, que é outro dos nossos negócios sociais, onde fazemos a produção. A cozinha está no ISA, na Tapada da Ajuda, mas depois os armazéns são na Terrugem." Acrescentou que "a mercearia, cujas vendas são, sobretudo, online, ainda é a nossa principal fonte de receitas da organização, permite-nos uma autossustentabilidade financeira, o que não é habitual no setor social". O Semear recebeu em 2023 o Prémio Nacional da Agricultura na categoria Institucional. ■

"É injusto que o agricultor ganhe menos 40% do que outras profissões"

Não existe uma perceção clara da importância das várias dimensões da agricultura. 'A agricultura abrange a gastronomia, o património, a investigação a inovação, a biodiversidade e a modernidade', refere José Manuel Fernandes.

A mudança de perceção da agricultura tem de começar na educação. "Em muitos manuais escolares ainda aparece o agricultor quase de enxada na mão e como o poluidor, o vilão que contribui para as alterações climáticas, uma perceção errada, quando o que ele faz é um trabalho de sustentabilidade de biodiversidade", disse José Manuel Fernandes, ministro da Agricultura e Pescas.

Defendeu que a agricultura "é gastronomia, é património, é investigação e inovação, é biodiversidade, é transformação, é modernidade e não há esta perceção. Muitas vezes, olha-se para o setor agroflorestal e diz-se que são 5,4% do PIB, 11% da população, esquecendo-se a dinâmica, as fileiras e a indústria, que representam muito mais do que estes números". O ministro da Agricultura e Pescas chamou a atenção para o desafio de baixar o défice agroalimentar, que triplicou nos últimos 10 anos, tendo passado de 1.100 milhões de euros para mais de 3.300 milhões de euros.

A coesão territorial, económica e social e a diminuição do défice agroalimentar implicam, em termos de políticas, a reprogramação do PEPAC (Plano Estratégico da Política Agrícola Comum 2023-2027), para que os previstos 80 euros por hectare de aumento de rendimento do agricultor passem para mais de 126 euros por hectare. Foram ainda aprovados 300 milhões de euros, 60 milhões de euros anuais até 2029, para reforçar este rendimento ao agricultor.

Atração de jovens agricultores

"É injusto que o agricultor ganhe menos 40% em relação a outras profissões, isto também tem consequências negativas, como na atratividade, somos os mais velhos na União Europeia em termos da média da idade dos agricultores, mais de 64 anos", disse José Manuel Fernandes. Por esta razão, na reprogramação da PEPAC foi aumentado o apoio a uma renovação etária na agricultura. "Um jovem que se instale em exclusividade terá 50 mil euros a fundo perdido e as candidaturas poderão atingir os 400 mil euros", revelou José Manuel Fernandes. Outro dos vetores tem sido a simplificação, "porque o agricultor está sobrecarregado de exigências", por isso, se despenalizaram mais de 110 mil agricultores com menos de 10 hectares, caso não cumpram a regra da condicionalidade, "nem nenhum agricultor será penalizado se não conseguir cumprir as normas agroambientais por causa das intempéries, flexibilizámos as regras para o pousio e para a rotação, avançámos para custos simplificados para pagamento contra fatura".

Muitas vezes, olha-se para o setor agroflorestal e diz-se que são 5,4% do PIB, 11% da população, esquecendo-se a dinâmica, as fileiras e a indústria, que representam muito mais do que estes números.

JOSÉ MANUEL FERNANDES
Ministro da Agricultura e Pescas

"A agricultura e a política agrícola comum não podem financiar o que compete aos outros fundos. A agricultura e o agricultor não podem estar a produzir elementos de qualidade e, ao mesmo tempo, a financiar a biodiversidade", lembrou José Manuel Fernandes. Referiu ainda que os programas operacionais regionais têm de levar a internet aos territórios para se possa modernizar e fazer agricultura de precisão. ■

José Manuel Fernandes, ministro da Agricultura e Pescas.

Categoria Inovação - Novos Projetos

Tem por objetivo premiar projetos disruptivos, valorizando o empreendedorismo e a inovação em empresas de criação recente, bem como jovens agricultores. e podem candidatar-se entidades com início de atividade posterior a 1 de janeiro de 2019.

INOVAÇÃO PRODUTO E/OU PROCESSO

Pretende-se distinguir projetos disruptivos, que promovam o aumento da competitividade e eficiência do setor, mediante a adoção de novas tecnologias, e da aplicação de novos recursos e conceitos e podem candidatar-se nesta categoria entidades com início de atividade anterior a 1 de janeiro de 2019.

CATEGORIA SUSTENTABILIDADE

Na categoria de Sustentabilidade, pretende-se distinguir projetos que minimizem os impactos da atividade do setor no ambiente e promovam a valorização do património ambiental, dos trabalhadores, da sociedade envolvente, valorizando a economia local e nacional.

Prémios por nomeação

Nestes prémios, a nomeação compete aos membros dos comités e ao júri.

CATEGORIA PERSONALIDADE

Distingue um empresário ou personalidade que, pelo seu percurso, espírito de iniciativa e capacidade empreendedora, tenha contribuído de forma relevante para o desenvolvimento da agricultura.

CATEGORIA INSTITUCIONAL

Destaca uma entidade pelo seu papel e intervenção no setor, serão entidades do setor ou com forte contributo para o desenvolvimento do setor, como associações, organismos públicos, entre outros.

Os prémios e as categorias

A produção agrícola consciente, que equilibre a conservação do meio ambiente com a rentabilidade, é essencial para garantir um futuro próspero para o setor.

A 13.ª edição do Prémio Nacional da Agricultura é uma iniciativa do Negócios e do Correio da Manhã, em parceria com o BPI, que conta com o alto patrocínio do Ministério da Agricultura e Alimentação e o apoio da PwC. Prossegue no objetivo de promover, incentivar e premiar os casos nacionais de sucesso dos setores da agricultura, agroindústria, florestas e pecuária, e mantém a sustentabilidade e a inovação como eixos estruturantes das premiações.

A inovação tecnológica continua a ser crucial para enfrentar os desafios atuais, desde a adaptação às mudanças climáticas até à implementação de práticas agrícolas mais eficientes e sustentáveis. Este ano, celebra-se a resiliência dos agricultores portugueses e a sua capacidade de liderar o caminho para uma agricultura mais verde e inteligente.

Prémios por candidatura

As candidaturas podem ser feitas no site www.premioagricultura.pt até 31 de outubro de 2024. Os prémios de candidatura repartem-se pelas categorias Sustentabilidade e Inovação, esta dividida em dois temas: inovação de produto/processo e novos projetos.

Todas as candidaturas às categorias de Inovação e Sustentabilidade serão avaliadas pela PwC, e, posteriormente, pelos respetivos Comité Técnico da Categoria Inovação, e pelo Comité Técnico da Categoria Sustentabilidade. Os premiados em todas as categorias são selecionados pelo júri. ■

GettyImages

Comité Técnico da Categoria Sustentabilidade

JOSÉ PEDRO SALEMA, presidente do Comité e presidente da EDIA
HELENA FREITAS, professora catedrática da Universidade de Coimbra
JOAQUIM MACEDO DE SOUSA, diretor executivo do HIESE
JOÃO MIRA, técnico superior da AJAP
JOÃO NUNES, CEO da Associação BLC3
ORLANDO RUA, investigador do ISCAP
PEDRO GUERREIRO, diretor de empreendedorismo da ANJE
RITA ESTÁCIO, gestora Regia Douro Empreendedor do Regia-Douro Park
TIAGO SIMÕES DE ALMEIDA, diretor executivo Agricultura do Banco BPI

Comité Técnico da Categoria Sustentabilidade

AMÂNDIO SANTOS, presidente do Comité e presidente do Conselho Administração da Portugal Foods
ALEXANDRA LEITÃO, professora catedrática da Universidade Católica Portuguesa
ANTÓNIO ISIDORO, diretor executivo da IACA
FILIPE NÚNCIO, Co-Founder & COO da Agri-Marketplace
FREDERICO FALCÃO, presidente da ViniPortugal
JORGE TOMÁS HENRIQUES, presidente da FIPA
JOSÉ JOÃO PARRÃO, diretor comercial Agricultura do Banco BPI
MARIA CÂNDIDA MARRAMAQUE, diretora-geral da ANIL
MARIANA MATOS, secretária-geral da Casa do Azeite
PAULA ALVES, CEO do iBET
TIAGO COSTA, presidente da Portugal Nuts

Júri

ÁLVARO MENDONÇA E MOURA, presidente da CAP - Confederação dos Agricultores de Portugal
ANA ROSAS OLIVEIRA, administradora do Banco BPI
ANTÓNIO MEXIA, professor catedrático do Instituto Superior de Agronomia
ANTÓNIO VICENTE, prof. associado da Univ. do Minho
EMÍDIO GOMES, professor catedrático da Univ. do Porto, presidente da Portus Park, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
FIRMINO CORDEIRO, diretor-geral da AJAP
LUÍS BRAGA DA CRUZ, presidente da assembleia-geral da Forestis
MARIA CUSTÓDIA CORREIA, coordenadora e chefe de divisão da Rede Rural Nacional
MARIA JOÃO FERNANDES, delegada nacional Programa Horizonte da ANI
PEDRO SANTOS, CEO da Consulai

Paisagem com olival no Alentejo.